



FÓRUM
DE EDITORES
DE SAÚDE COLETIVA

PUBLICAÇÃO CIENTÍFICA: Reflexões críticas e orientações práticas

2026



ABRASCO
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE SAÚDE COLETIVA

A produção científica encontra-se atravessada por profundas transformações políticas, culturais, institucionais e tecnológicas. A intensificação dos fluxos de informação, a expansão das plataformas digitais, a emergência da inteligência artificial generativa, a reorganização dos sistemas de publicação científica e as disputas da avaliação e da circulação do conhecimento desenharam as condições em que se faz e se divulga a ciência. Nesse cenário, formar pesquisadoras e pesquisadores envolve a compreensão crítica das práticas editoriais, dos dilemas éticos, dos regimes de avaliação e das formas de disseminação do conhecimento.

Para cientistas em formação, os obstáculos mais desafiadores não se localizam apenas na construção dos projetos de pesquisa, mas, sobretudo, na travessia entre a produção do conhecimento e a sua efetiva circulação pública. Publicar, hoje, significa atravessar um campo denso de normas, disputas, pressões por produtividade, assimetrias geopolíticas, interesses econômicos e rápidas transformações tecnológicas, dimensões que nem sempre são explicitadas nos espaços formais de formação acadêmica.

O presente material integra o projeto “Fortalecimento dos Periódicos de Saúde Coletiva: sustentabilidade editorial e promoção da diversidade na publicação científica”, desenvolvido pelo Fórum de Editores de Saúde Coletiva da Abrasco. Articula-se, nesse sentido, a outras iniciativas do Fórum, como o Vocabulário da Saúde Coletiva, a série de vídeos formativos sobre publicação científica e o Guia Introdutório de Dados de Pesquisa, compondo um conjunto integrado de ações voltadas ao fortalecimento da cultura editorial, da comunicação científica e da formação ética de pesquisadoras e pesquisadores.

Especificamente neste texto apresentamos um desdobramento dos dez vídeos sobre publicação científica, organizados originalmente em formato audiovisual. A transposição desse conteúdo para o formato escrito responde à demanda por maior desenvolvimento conceitual, incorporando referências bibliográficas, além de dialogar com as pessoas que preferem ou necessitam do texto como suporte de aprendizagem. Não se pretende substituir os vídeos, mas complementá-los, ampliando seu alcance formativo e permitindo diferentes modos de apropriação do conteúdo.

Assim como os vídeos, o propósito é auxiliar pesquisadoras e pesquisadores nos diferentes momentos da produção científica, , em particular na produção e divulgação de artigos, contribuindo para fortalecer a presença, a circulação e a relevância da produção científica brasileira.

O material foi concebido como um roteiro formativo, crítico e situado, voltado a cientistas iniciantes, mas igualmente útil a pesquisadores em diferentes momentos da trajetória acadêmica. Ao longo dos capítulos, são abordados temas estruturantes da comunicação científica, tais como: o uso ético da inteligência artificial; os critérios de definição de autoria; a escolha criteriosa de periódicos e o enfrentamento das revistas predatórias; o funcionamento, as limitações e as alternativas à revisão por pares tradicional; as estratégias de divulgação científica e ampliação de impacto após a publicação; e a centralidade da representatividade autoral como dimensão ética, epistemológica e política da ciência.

Parte-se do entendimento de que a ciência não é uma atividade neutra, desincorporada ou universal abstrata, mas uma prática situada, atravessada por relações de poder, disputas de legitimidade, desigualdades globais e marcadores de gênero, raça, território e classe. Nesse sentido, as discussões aqui desenvolvidas buscam deslocar a publicação científica de um lugar puramente técnico ou burocrático para reinscrevê-la no campo mais amplo da ética, da responsabilidade social e da democracia do conhecimento.

É neste espaço, que articula orientações práticas a reflexões críticas, que situamos este material. Nosso objetivo é que ele sirva não apenas como referência, mas também como um convite para participar da construção de uma ciência comprometida com a integridade, a transparência, a pluralidade e a transformação social.

Partimos do reconhecimento de que publicar não pode se resumir a atender a imperativos de produtividade ou a acumular títulos no currículo. Mais do que isso, deve consistir em um ato de corresponsabilidade pela construção do conhecimento como um bem comum.

Realização

Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco)
Fórum de Editores de Saúde Coletiva da Abrasco

Apoio:

Decit/ Sectics/ Ministério da Saúde

Coordenação Técnica Geral:

Angélica Ferreira Fonseca

Elaboração Técnica:

Priscila Cardia Petra

Revisão Técnica:

Angélica Ferreira Fonseca
Ester Paiva Souto

Colaboradores:

Alexandre Chiavegatto
Angélica Ferreira Fonseca
Clara Guimarães
Ester Paiva
Kizi Araujo
Leila Garcia
Marcelo Castellanos
Maria Elisa Silveira
Marina Chagas Oliveira
Rosana Onocko

Como citar este guia

ABRASCO; FÓRUM DE EDITORES DE SAÚDE COLETIVA. Produção Científica: reflexões críticas e orientações práticas. 1. Ed. Rio de Janeiro: Abrasco, 2026

Apoio

Esta publicação foi desenvolvida no âmbito do termo de Cooperação nº 91 entre o Departamento de Ciência e Tecnologia (Decit) do Ministério da Saúde e a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas/MS), sendo resultado da carta acordo SCON2024-00348, "Fortalecimento dos periódicos de Saúde Coletiva: sustentabilidade editorial e promoção da diversidade na publicação científica", projeto conduzido pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva – ABRASCO.

Projeto Gráfico e Diagramação

Estúdio Massa

	Estrutura do artigo: o que não pode faltar?	7
	1.1 Como formular um problema de pesquisa	8
	1.2 Como escolher um título funcional	8
	1.3 Como identificar as palavras-chave	9
	1.4 Escrevendo um texto que dê vontade de ler	10
1	1.5 Planejamento como fundamento da escrita	10
	1.6 Ir direto ao ponto e orientar o(a) leitor(a)	11
	1.7 Revisão e edição como parte da escrita	12
	1.8 Escrevendo a introdução	13
	1.9 Revisão teórica, metodologia, análise e conclusão	14
	1.10 Considerações finais	15
	Referência Bibliográfica	15
	Plágio e autoplágio	16
2	2.1 Tipos de plágio	17
	2.2 Considerações finais	19
	Referências Bibliográficas	19
	Ciência Aberta	20
	3.1 Definições de Ciência Aberta	21
	3.2 A Ciência Aberta como ecossistema	21
	3.2.1 Filosófica	22
	3.2.2 Científica	22
	3.2.3 Social	22
3	3.2.4 Tecnológica	22
	3.2.5 Política	22
	3.2.6 Econômica	22
	3.3 Movimentos, práticas e taxonomias da Ciência Aberta	23
	3.4 Avaliação científica e revisão por pares aberta	24
	3.5 Políticas e ferramentas de Ciência Aberta	24
	3.6 Desafios e controvérsias	25
	3.7 Considerações finais	26
	Referências Bibliográficas	26
	Depósito de dados qualitativos	27
	4.1 O que são dados de pesquisa	28
	4.2 Por que compartilhar os dados	28
	4.3 Como preparar os dados para depósito	29
	4.3.1 Organização	29
	4.3.2 Nomeação	29
4	4.3.3 Formatos	29
	4.3.4 Seleção	29
	4.3.5 Anonimização	30
	4.3.6 Documentação	30
	4.3.7 Metadados	30
	4.4 Onde depositar os dados	30
	4.5 Considerações finais	31
	Referências Bibliográficas	31



	Uso ético da Inteligência Artificial Generativa na pesquisa científica	32
	5.1 Funcionamento dos Grandes Modelos de Linguagem e o problema das alucinações	33
	5.2 Ferramentas de IAG e suas especificidades	34
	5.3 Cinco questões centrais para o uso ético da IAG na pesquisa	36
5	5.4 Autoria humana, responsabilidade e prestação de contas	36
	5.5 Transparência como princípio fundamental	36
	5.6 Plágio, originalidade e direitos autorais	30
	5.7 Proteção de dados sensíveis e LGPD	37
	5.8 Preservação da agência humana e da formação acadêmica	37
	5.9 Boas práticas para o uso ético da IAG	37
	5.10 Considerações finais	38
	Referências Bibliográficas	38
	Importância da representatividade na autoria	39
	6.1 Neutralidade científica e conhecimento situado	40
	6.2 Pluralidade como questão de qualidade epistêmica	40
6	6.3 Ciência sensível e interculturalidade dos saberes	41
	6.4 Representatividade autoral e compromisso ético	41
	6.5 Representatividade como proteção ética e política	42
	6.6 Considerações finais	42
	Referencial bibliográfico	43
	Critérios para a definição de autoria em trabalhos acadêmicos	44
7	7.1 Considerações finais	46
	Referências Bibliográficas	46
	Escolha do periódico científico e prevenção de publicações predatórias	47
	8.1 Escolha do periódico: critérios práticos	48
8	8.2 Revistas predatórias: conceito, classificações e critérios	48
	8.3 Ferramentas para a identificação de periódicos adequados	50
	8.4 Considerações finais	51
	Referências Bibliográficas	51
	Revisão por pares	52
	9.1 Breve percurso histórico	53
	9.2 Definição e funcionamento da revisão por pares	53
9	9.3 A experiência do autor no processo de avaliação	54
	9.4 Problemas e críticas ao sistema tradicional	54
	9.5 Caminhos alternativos: a revisão por pares aberta	55
	9.6 Considerações finais	56
	Referências Bibliográficas	56
	O pós-publicação	57
	10.1 Língua, circulação internacional e relevância local	58
	10.2 Ampliação da rede de coautoria	59
	10.4 Perfis de autor e redes acadêmicas	60
10	10.5 Mídias sociais e comunicação pública da ciência	60
	10.6 Outros formatos e produtos de divulgação	61
	10.7 Planos de disseminação e papel das agências de fomento	61
	10.8 Indicadores de produção científica e acompanhamento do impacto	62
	10.9 Considerações finais	63
	Referências Bibliográficas	63



Estrutura do artigo: o que não pode faltar?

A escrita acadêmica, desde a escolha do título, formulação inicial do problema de pesquisa até a versão final do artigo científico, constitui uma das principais preocupações de pesquisadoras e pesquisadores em formação e de autoras e autores experientes. A qualidade de um texto científico não se define apenas pela relevância do tema ou pela consistência dos dados, mas pela capacidade de organizar ideias com clareza, coesão, rigor analítico e precisão conceitual. A construção do texto acadêmico é, portanto, um processo que envolve planejamento, decisões metodológicas, atenção à forma e um trabalho contínuo de revisão e edição.

1.1. Como formular um problema de pesquisa ●●●●●●

A elaboração do problema de pesquisa organiza os primeiros movimentos de construção lógica do estudo. Uma estratégia didática para a formulação inicial do problema de pesquisa consiste no uso de uma estrutura inspirada em diferentes manuais de metodologia, que auxilia na organização das ideias.

Essa formulação funciona como uma declaração provisória do objetivo geral e opera como um guia para a definição, mesmo que inicial, da pesquisa. Trata-se de uma estrutura em ordem direta, sem adjetivações, com verbos claros de investigação, contendo necessariamente a delimitação da unidade de análise e o recorte temporal (Diniz, 2013).

A composição pode ser expressa da seguinte maneira:

Meu problema de pesquisa é [verbo] [variável] [unidade de análise] [recorte temporal].

Essa organização obriga pesquisadores a explicitar, de forma objetiva, o que pretende investigar, sobre o que, em qual contexto e em que período.

1.2. Como escolher um título funcional ●●●●●●

O problema de pesquisa deve manter relação com o seu título funcional, de modo que o título antecipe com clareza aquilo que o problema anuncia. Quando há dúvidas sobre o que um título deve conter, um exercício produtivo consiste em realizar aquilo que se pode chamar de um “turismo textual” por currículos, artigos e livros de autoras e autores que se admira. A observação dos títulos utilizados e a análise de quais deles comunicam melhor seus conteúdos e por quais razões, pode oferecer referências para as primeiras tentativas de elaborar, em cerca de 15 palavras, aquilo que exigirá muitas páginas de desenvolvimento (Diniz, 2013).

O processo de escrita costuma iniciar-se por um título funcional, provisório, que acompanhará a pesquisa por um período prolongado e será continuamente modificado, revisado e aprimorado até o fechamento final do trabalho. Durante esse percurso, o título funcional opera como um verdadeiro termômetro do texto, acompanhando o amadurecimento do argumento e auxiliando no controle da coerência entre objetivos, percurso analítico e conclusões (Diniz, 2013).

Por isso, recomenda-se evitar títulos metafóricos, alegóricos ou irônicos. O título funcional deve ser direto, descritivo e antecipatório do conteúdo da investigação. O exercício fundamental consiste em descrever o estudo com clareza, objetividade e brevidade, como se fosse

necessário explicá-lo rapidamente a um interlocutor. Não há problema que esse título não expresse criatividade estética uma vez que a função dele é resumir, antecipar e conter os impulsos criativos próprios da fase inicial de definição do trabalho (Diniz, 2013).

As aproximadamente 15 palavras que compõem o título funcional podem ser extraídas do repertório acadêmico previamente acumulado e/ou de fontes seguras de termos consolidados nos campos de pesquisa. Uma estratégia eficaz é a consulta a tesouros temáticos, que reúnem palavras-chave reconhecidas e utilizadas por comunidades científicas específicas. Esses instrumentos, elaborados por autore(a)s de referência em parceria com cientistas da informação, sistematizam os descritores mais recorrentes em áreas consolidadas do conhecimento. A busca por tesouros, inclusive em outras línguas, amplia o repertório vocabular e contribui para a escolha mais precisa dos termos que sintetizam a pesquisa (Diniz, 2013).

Após o desenvolvimento da pesquisa, o título provisório precisa ser revisto para alinhar-se ao conteúdo final. A escolha do título desempenha papel central na estratégia de visibilidade pós-publicação, pois afeta a probabilidade de o artigo ser encontrado em buscas, lido, citado e incluído em revisões sistemáticas que reúnem evidências sobre temas específicos. Em última instância, o título deve ser claro, atraente e incorporar termos de busca relevantes.

1.3. Como identificar as palavras-chave ●●●●●

A partir da formulação do problema, torna-se possível exercitar a identificação das palavras-chave. Essas palavras funcionam como marcadores conceituais da pesquisa e auxiliam na delimitação de seu campo de inserção. Em geral, esse primeiro levantamento resulta em um conjunto amplo de termos, o que reflete a multiplicidade de caminhos possíveis. O exercício seguinte consiste em selecionar aquelas palavras que efetivamente demarcam a identidade da investigação. Essa seleção orienta tanto o percurso da revisão da literatura quanto a própria escrita do texto acadêmico.

Para definir as palavras-chave, é essencial observar aquelas empregadas em artigos científicos. Em muitas revistas, esses termos também aparecem sob a denominação de “descritores”. Enquanto o título funcional sintetiza a proposta da pesquisa em até 15 palavras, as palavras-chave devem ser ainda mais concisas, normalmente limitadas a três a cinco termos. Recomenda-se trabalhar inicialmente com três palavras-chave, priorizando a exatidão conceitual. Embora essa restrição possa gerar certa sensação de limitação expressiva, ela corresponde a uma etapa estruturante do processo de escrita, na qual a precisão conceitual precede o refinamento estilístico. (Diniz, 2013).

Vale lembrar que revistas, mecanismos de busca e serviços de indexação e resumo classificam os artigos a partir das palavras-chave fornecidas pelos(as) autores(as). Uma lista precisa de descritores favorece a indexação adequada e amplia a probabilidade de que a pesquisa seja recuperada por grupos interessados. Por isso, recomenda-se selecionar palavras-chave a partir de termos e expressões recorrentemente utilizados no texto, evitando repetições desnecessárias do título ou do resumo (Tripathy et al., 2017a).

Para artigos do campo da saúde coletiva recomenda-se observar o DeCS (Descritores em Ciências da Saúde). É o vocabulário controlado da BIREME/OPAS, usado para indexação na LILACS e SciELO e MeSh (Medical Subject Headings) utilizado para indexação no Pubmed e Medline. Outra boa fonte de orientação são os artigos sobre a temática de seu estudo, publicados no periódico para o qual você vai submeter seu texto

1.4. Escrevendo um texto que dê vontade de ler ●●●●●●

Um texto científico de qualidade costuma ir direto ao ponto, sem adiamentos desnecessários para apresentar o tema. As ideias devem estar amarradas de modo que um argumento conduza ao outro, sem rupturas abruptas ou sobreposição desordenada de conteúdo. A clareza da linguagem, associada a uma pontuação adequada, é fundamental para que a leitura seja fluida e compreensível, ainda que o texto mantenha todo o seu rigor conceitual (Fhoutine, 2020).

Essa clareza depende diretamente de planejamento e revisão. O texto não deve ser concebido como um conjunto de blocos isolados, mas como um percurso argumentativo contínuo, no qual cada parte cumpre uma função específica dentro do todo.

1.5. Planejamento como fundamento da escrita ●●●●●●

O planejamento pode ser compreendido como um mapa do texto. O tema central representa o ponto de partida, e as conclusões, o destino. Entre esses dois pontos, devem estar dispostos os elementos necessários para alcançar o objetivo final: dados, referências bibliográficas, conceitos a serem desenvolvidos, explicações, exemplos e, quando necessário, narrativas (Fhoutine, 2020).

Esse planejamento deve ser colocado no papel e permanecer visível ao longo da escrita. Essa estratégia é útil porque, durante o processo, é comum que surjam desvios que não cabem naquele texto específico; tanto quanto pode ser necessário descartar alguns assuntos que pretendia-se abordar. Saber onde se quer chegar e por quais caminhos se pretende passar

ajuda a manter a coerência do argumento (Fhoutine, 2020), e a entender o que é pertinente manter e o que é indicado eliminar ou reduzir.

Quando surge uma ideia paralela que não se encaixa no fluxo principal, recomenda-se não a descartar simplesmente, mas registrá-la em um arquivo separado, destinado a ideias a serem desenvolvidas posteriormente. Isso evita que o texto principal seja interrompido por digressões excessivas e preserva conteúdos que podem ser úteis no próprio trabalho ou em trabalhos futuros. (Fhoutine, 2020).

1.6. Ir direto ao ponto e orientar o(a) leitor(a) ●●●●●●

Em geral os artigos científicos têm se caracterizado como textos razoavelmente curtos. Assim é fundamental situar rapidamente o leitor no tema e no objetivo do trabalho.

Caso o autor opte por iniciar com uma breve contextualização narrativa, ela deve ser sintética e imediatamente vinculada ao objetivo da seção. Ao final de cada capítulo ou seção, é recomendável antecipar ao leitor o que será tratado adiante. Essa estratégia facilita a leitura e fortalece a fluidez do texto (Fhoutine, 2020).

Quando um texto apresenta poucas páginas em relação ao que se pretendia escrever, muitas vezes o problema não é a falta de conteúdo, mas a falta de aprofundamento. Nesse caso, é necessário reler parágrafos e perguntar se os conceitos foram devidamente explicados, se exemplos poderiam ser incluídos e se os dados poderiam ser melhor articulados, se seria importante trazer mais autores para enriquecer a discussão. O exercício de esmiuçar as ideias é uma forma produtiva de expandir o texto com densidade.

Por outro lado, quando o texto ultrapassa significativamente a extensão prevista, impõe-se o movimento inverso, que consiste em avaliar com critério quais informações são efetivamente essenciais para sustentar o argumento central e para a construção da conclusão. Nesse caso, é fundamental considerar os limites estabelecidos pela revista ou pelo evento ao qual o artigo será submetido, utilizando esses parâmetros como orientação objetiva para os cortes necessários.

O processo de “enxugamento” não deve ser entendido como uma perda, mas como um exercício de precisão analítica, no qual se preserva o que é estrutural para o argumento e se desloca para outros textos, ou para um arquivo de “excedentes”, aquilo que, embora interessante, não é indispensável ao trabalho.

1.7. Revisão e edição como parte da escrita ●●●●●●

Após o primeiro esboço, inicia-se uma etapa indispensável: a edição. A famosa máxima “escrever é reescrever” endossa essa compreensão. A revisão deve ser realizada preferencialmente em um novo arquivo, mantendo-se intacta a versão original. Nesse novo arquivo, o texto já deve ser formatado segundo as normas da revista ou evento ao qual se destina, com definição de margens, fonte, espaçamento, recuos e eliminação de grifos e comentários (Fhoutine, 2020).

Caso seja necessário reordenar partes do texto, esse procedimento deve ser feito de modo cuidadoso, preservando o arquivo não editado como referência, ou então atentando-se as versões anteriores salvas. Conteúdos retirados do texto principal não devem ser apagados definitivamente, mas arquivados em um outro documento, o que reduz a insegurança ao cortar trechos e permite retomadas futuras (Fhoutine, 2020).

Durante a edição, pode ser importante eliminar expressões como “dessa forma”, “ou seja” e “a partir disso” que, em geral podem ser substituídas por construções mais diretas. O excesso de adjetivos também deve ser evitado. A força de um texto acadêmico está na análise, e não na adjetivação (Fhoutine, 2020).

Deve-se ter atenção ainda ao vocabulário cotidiano, a chavões e a expressões do senso comum, que podem ser evitados em favor de uma escrita mais acadêmica e precisa. Ao mesmo tempo, não há necessidade de recorrer a construções excessivamente rebuscadas. A sobriedade da linguagem é um valor central do texto acadêmico (Fhoutine, 2020).

A revisão gramatical é indispensável: dúvidas quanto à grafia, uso de vírgulas, crase e concordância devem ser verificadas sistematicamente. A escolha da voz verbal, seja no singular ou no plural, pode variar conforme a proposta do texto, mas deve ser mantida de forma coerente ao longo de todo o trabalho. Também é importante manter consistência no uso dos tempos verbais, distinguindo presente, passado e futuro.

Caso o texto esteja sendo escrito de forma colaborativa, existem ferramentas como o Google Docs que permitem que os(as) coautores(as) trabalhem simultaneamente no documento, com a possibilidade de identificar os trechos elaborados por cada pessoa e de acompanhar as edições realizadas no texto. Ao final do processo, o(a) coautor(a) responsável pela submissão pode fazer o download do arquivo para trabalhar offline e realizar os ajustes finais necessários para a submissão.

Recomenda-se padronizar o tamanho dos parágrafos evitando blocos excessivamente longos, que tendem a tornar a leitura cansativa. Frases muito extensas devem ser fragmentadas

por meio do uso adequado do ponto final, favorecendo a clareza do texto. Anteriormente os periódicos aceitavam notas de rodapé para explicar algum aspecto específico do texto. Entretanto esse uso tem sido restringido, por um compromisso com a acessibilidade, pois ferramentas que realizam leitura dos textos não são capazes de saltar no texto, para fazer a leitura dessas notas. Parênteses, travessões e ponto e vírgula também podem ser empregados como estratégias de organização da escrita, desde que utilizados com parcimônia (Fhoutine, 2020).

Por fim, procedimentos práticos como realizar backups em diferentes suportes e conferir cuidadosamente a grafia dos nomes dos autores citados também fazem parte do rigor da escrita acadêmica.

1.8. Escrevendo a introdução ●●●●●●

Um artigo tem alguns convites explícitos à sua leitura: o título, o resumo são os primeiros com os quais o leitor terá contato. A introdução é o momento no qual o autores tem a oportunidade de estender esse convite. É importante estar atento a dois erros frequentes: o primeiro é a “superintrodução,” que promete mais do que o texto efetivamente entrega. O segundo é a introdução fraca, que não valoriza um trabalho de qualidade. O equilíbrio entre essas duas extremidades é essencial (Pinheiro-Machado, 2020).

Não existe uma regra única sobre por onde iniciar a escrita do artigo. Alguns autores preferem começar pela introdução, outros pela análise ou pela conclusão. O mais importante é que, ao final, haja uma releitura cuidadosa da introdução em diálogo com o texto como um todo, de modo a assegurar coerência entre o que é apresentado na abertura e o que é desenvolvido ao longo do trabalho (Pinheiro-Machado, 2020).

Em geral, a introdução deve ser menor que os capítulos teóricos. No entanto, em alguns casos, a revista exige que a fundamentação teórica ou a metodologia estejam incorporadas à introdução, o que amplia sua extensão. Ainda assim, a introdução deve ser objetiva, clara e eficiente (Pinheiro-Machado, 2020). Deve ainda demonstrar o esforço de pesquisa empreendido pelos autores em torno dos temas que compõem o objeto do estudo.

Cinco elementos são fundamentais:

- a) O primeiro é o contexto da pesquisa, que pode ser apresentado por meio de dados demográficos, históricos, políticos ou conceituais, oferecendo o arcabouço necessário para a compreensão do trabalho;

- b)** O segundo é o problema de pesquisa e o objetivo geral, que devem ser formulados de maneira clara, preferencialmente em uma única frase ou em forma de pergunta.
- c)** O terceiro elemento é o argumento central, que consiste em uma antecipação sintética da resposta produzida pela pesquisa;
- d)** O quarto elemento corresponde aos elementos centrais da metodologia, que em um artigo tende a ser desenvolvido em uma seção específica. Contudo, quando esse capítulo não existir como seção autônoma no artigo, a metodologia deve ser apresentada de modo mais detalhado na própria introdução;
- e)** O quinto elemento é a visão geral da estrutura do artigo, em que se apresenta ao leitor como o texto está organizado (Pinheiro-Machado, 2020).

Na organização do texto, antes da introdução, encontra-se o resumo. Após a introdução, de modo geral, o texto apresenta aspectos teóricos, metodologia, resultados e análise de dados e conclusão, ainda que essa estrutura possa variar conforme a área de conhecimento e a revista.

1.9. Revisão teórica, metodologia, análise e conclusão ●●●●●●

Na revisão teórica, é importante evitar o modelo meramente descritivo, que se limita a apresentar autores de forma isolada. A revisão deve ser uma conversação entre perspectivas teóricas, evidenciando concordâncias, conflitos e lacunas. Diferentes formas de citação devem ser exploradas, como paráfrases, citações diretas e referências entre parênteses (Pinheiro-Machado, 2020). Minayo (2025) nos indica que o exercício de teorização implica apresentar conceitos, as categorias e as noções que estruturam a investigação.

É necessário reconhecer os trabalhos relevantes da área, inclusive aqueles com os quais se discorda. O campo científico se constrói por meio do debate. Também é fundamental considerar se determinadas teorias se aplicam ao contexto estudado, especialmente quando se trata de pesquisas localizadas no Brasil ou no Sul Global.

Em alguns artigos a revisão teórica está integrada à introdução e se faz igualmente presente na discussão.

A metodologia varia entre áreas, mas o princípio fundamental é o detalhamento. A ciência se sustenta no rigor e na pesquisa sistemática. Uma metodologia vaga compromete a credibilidade do trabalho. Quanto mais detalhada for a descrição dos procedimentos, mais consistente será a avaliação do estudo (Pinheiro-Machado, 2020).

A análise de dados é a parte mais importante do artigo. Ela deve ser a seção mais robusta do texto. Não basta apresentar dados de forma superficial. É necessário cruzá-los, compará-los, explorar semelhanças e diferenças, interpretar resultados e dialogar com a teoria. A análise não deve ser econômica: é nela que o trabalho demonstra sua densidade (Pinheiro-Machado, 2020).

Na conclusão, o autor dispõe de maior liberdade. Inicialmente, deve recuperar um resumo dos achados. Em seguida, pode desenvolver, de forma mais autoral, os principais resultados da pesquisa. É considerado elegante finalizar indicando as limitações do estudo, sugerindo novos temas de investigação e apontando como aquele trabalho pode contribuir para o avanço do campo (Pinheiro-Machado, 2020).

1.10. Considerações finais ●●●●●●

A escrita de um artigo científico é um processo que envolve planejamento, elaboração cuidadosa, revisão rigorosa e atenção ética. Um bom artigo não nasce pronto. Ele é fruto de escolhas conscientes, da clareza na organização das ideias, do rigor metodológico e da capacidade de produzir análises consistentes, sem recorrer a excessos retóricos. O compromisso com o(a) leitor(a), com a ciência e com o próprio campo de pesquisa deve orientar cada etapa desse percurso.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- DINIZ, D. Carta de uma orientadora: o primeiro projeto de pesquisa. 2. ed. Brasília: Letras Livres, 2013. vol. 1.
- FHOUTINE, M. Aula 12: Fhoutine Marie, "Como escrever um texto acadêmico que dá vontade de ler". [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1isyHrehvO0>. Acesso em: 11 dez. 2025.
- MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 15. ed. São Paulo: Hucitec, 2025. 358 p
- PINHEIRO-MACHADO, R. Aula 10: Rosana Pinheiro-Machado, Estruturação do texto acadêmico. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-UVXbBsDqGc>. Acesso em: 11 dez. 2025.
- TRIPATHY, J. P. et al. Ten tips to improve the visibility and dissemination of research for policy makers and practitioners. Public Health Action, [s. l.], vol. 7, no 1, p. 10–14, 2017.

Plágio e autoplágio

A reflexão sobre plágio e autoplágio ocupa um lugar central nos debates contemporâneos sobre ética científica. Compreender o que efetivamente significa plagiar um texto acadêmico, bem como reconhecer porque até mesmo a reutilização de partes de um trabalho próprio pode ser considerada problemática, é fundamental para a preservação da credibilidade da ciência e das relações de confiança que estruturam o campo acadêmico.

2.1. Tipos de plágio

No Brasil, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) desempenha papel central na definição de diretrizes que orientam a integridade e a ética na pesquisa científica. A instituição estabelece normas de conduta que visam assegurar a credibilidade da produção científica nacional. Nesse escopo, o CNPq identifica um conjunto de más práticas que comprometem a integridade da pesquisa, sendo:

- a)** Fabricação: corresponde à apresentação de resultados inexistentes;
- b)** Falsificação: diz respeito à manipulação fraudulenta de dados com vistas a alterar sua interpretação ou confiabilidade;
- c)** Plágio e o autoplágio: configuram apropriações indevidas, seja de textos e ideias de terceiros, seja de produções do próprio autor, quando não há a devida referência (CNPQ, 2011).

No que se refere especificamente ao plágio, o CNPq o define como a apresentação, como se fosse de autoria própria, de resultados ou conclusões já produzidos por outro autor (CNPQ, 2011). Essa prática inclui tanto a cópia de textos inteiros ou de partes substanciais sem a devida citação quanto o uso indevido de ideias, dados, projetos ou manuscritos não publicados aos quais se teve acesso em condição de consultor, revisor ou editor. Trata-se, portanto, de uma violação direta da ética na comunicação científica.

Os estudos sobre o tema indicam a existência de diferentes modalidades de plágio. O plágio integral, também denominado *ipsis litteris*, caracteriza-se pela cópia literal de trechos, sem qualquer alteração e sem referência à autoria original. Essa forma também é conhecida como *word for word*, ou simplesmente cópia literal. Para além dessa modalidade mais evidente, há o plágio por paráfrase, no qual as ideias do autor original são mantidas, mas as palavras são alteradas, sem que a fonte seja citada. Nesses casos, embora não haja reprodução literal do texto, há apropriação indevida do encadeamento lógico e do conteúdo conceitual, configurando o chamado plágio conceitual (Biancamano, 2014; Blackman, 2017; Diniz; Terra, 2015-; Krokosz, 2012; Wachowicz; Costa, 2016).

Outra modalidade relevante é o chamado plágio-pastiche. Esse conceito, formulado por Debora Diniz a partir de uma analogia com a arte, refere-se à prática de tomar um texto original e realizar nele pequenas modificações, como a substituição de vocabulário, conectivos e alterações pontuais de pontuação, sem qualquer acréscimo argumentativo ou teórico. Trata-se de uma modificação superficial que, muitas vezes, não é captada por softwares de detecção de plágio, uma vez que não reproduz longas sequências literais de palavras. Ainda assim, o

plágio-pastiche permanece como uma forma de apropriação indevida, pois mantém a estrutura da ideia original sem produção autoral efetiva. Nessa perspectiva, o plágio pode ser compreendido como uma forma de enganação textual, na qual o leitor é levado a acreditar que está diante de uma construção original, quando, na verdade, não está (Diniz; Terra, 2015).

No que concerne ao autoplágio, o CNPq o define como a apresentação de textos já publicados pelo mesmo autor sem a devida referência aos trabalhos anteriores. Essa prática ocorre quando o autor reaproveita trechos de produções próprias em novos trabalhos, com o objetivo de obter vantagem, apresentando como inéditos conteúdos previamente publicados. Em outros termos, trata-se da reapresentação de material antigo como se fosse novo (CNPQ, 2011).

No debate acadêmico, há pelo menos duas interpretações sobre o autoplágio. Uma delas é mais permissiva, admitindo que o autor possa recorrer a estudos anteriores, desde que esse reaproveitamento não seja central no novo trabalho. A outra interpretação considera o autoplágio sempre censurável, uma vez que compromete os critérios de originalidade e ineditismo, entendidos como requisitos fundamentais da produção científica.

O debate permanece intenso. Debora Diniz, por exemplo, problematiza as próprias categorias de autoplágio e de plágio de ideias. Para a autora, o autoplágio constitui uma contradição em termos e não possui o mesmo peso ético do plágio de textos de outros autores. Além disso, no que se refere ao plágio de ideias, a preocupação reside no risco de limitação da livre circulação de ideias, elemento essencial à construção do conhecimento científico. Nessa perspectiva, para que se configure o plágio, é necessário que exista um registro escrito que comprove a autoria da ideia (Diniz; Terra, 2015).

Apesar dessas controvérsias, no campo acadêmico predomina a compreensão de que tanto o plágio quanto o autoplágio comprometem a confiança entre pesquisadore(a)s, leitor(a)s, periódicos e instituições de pesquisa, afetando diretamente a credibilidade da ciência (Blackman, 2017; CNPQ, 2011; Diniz; Terra, 2015-; Krokoscz, 2012; Wachowicz; Costa, 2016).

A prevenção do plágio constitui, portanto, um eixo central das diretrizes éticas. Segundo o CNPq, o autor deve sempre dar crédito às fontes que fundamentam seu trabalho. Toda citação literal deve ser apresentada entre aspas, e, ao resumir textos de outros autores, é fundamental manter o sentido original e indicar a fonte. Na dúvida quanto ao caráter de conhecimento comum de determinada informação, recomenda-se também a citação. No caso de utilização de textos próprios anteriores, é necessário tornar explícito o reaproveitamento, com a devida referência. Ainda assim, deve-se ter cautela na reutilização de trechos extensos de trabalhos anteriores, pois a simples referência não é suficiente para caracterizar boas práticas éticas (CNPQ, 2011).

Adicionalmente, é considerada antiética a fragmentação artificial dos resultados de um mesmo estudo com a finalidade de gerar múltiplas publicações. A responsabilidade pela integridade do texto é sempre coletiva, recaindo sobre todos os autores envolvidos na produção (Biancamano, 2014; Blackman, 2017; Clough, 2003; CNPQ, 2011; Diniz; Terra, 2015-; Krokosczyk, 2012; Wachowicz; Costa, 2016).

2.2.Considerações finais ●●●●●

O plágio pode manifestar-se tanto em formas simples, como o conhecido “copiar e colar”, facilmente detectável por softwares, quanto em formas mais sofisticadas, como o pastiche, cuja identificação depende da leitura atenta e qualificada. A esse respeito, é importante destacar que a escrita acadêmica se constrói, em grande parte, por meio de paráfrases, e não apenas por citações diretas. Parafrasear exige capacidade de síntese, interpretação e reelaboração crítica do conteúdo, não se reduzindo à substituição mecânica de palavras. As citações diretas possuem seu valor, mas não devem dominar o texto. A originalidade se produz na articulação entre paráfrases, citações e contribuição autoral

Nesse sentido, o plágio e o autoplágio não se reduzem à ideia de um simples “roubo de ideias”. Também configuram práticas que enganam o(a) leitor(a) ao simular uma autoria inexistente. Embora esse fenômeno seja frequentemente associado à pressão por produtividade acadêmica, tal contexto não pode ser utilizado como justificativa para essas condutas. Citar, portanto, não constitui apenas uma exigência formal, mas um gesto de reconhecimento e respeito à produção intelectual que antecede cada novo trabalho. A integridade acadêmica se constrói, assim, a partir do reconhecimento das ideias alheias e da responsabilidade assumida sobre as próprias palavras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIANCAMANO, M. G. M. Plágio no Direito Autoral: indústria cultural e contributo mínimo de originalidade na telenovela. 2014. - UFSC, Florianópolis, 2014.

BLACKMAN, J. Self-Plagiarism. SSRN Electronic Journal, [s. l.], 2017.

CLOUGH, P. Old and new challenges in automatic plagiarism detection. Plagiarism Advisory Service, [s. l.], 2003. Disponível em: <https://cmps-people.ok.ubc.ca/bowenhui/analytics/readings/clough2003.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2025.

CNPQ. Ética e integridade na prática científica: Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq. Brasília: [s. d.], 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/composicao/comissao-de-integridade/relatorio-comissao-integridade-do-cnpq.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2025.

DINIZ, Débora; TERRA, Ana. Plágio: palavras escondidas. Brasília: Letras Livres; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014. 196 p.

KROKOSCZYK, M. Autoria e plágio: um guia para estudantes, professores, pesquisadores e editores. São Paulo: Atlas, 2012.

WACHOWICZ, M.; COSTA, J. A. F. Plágio acadêmico. Curitiba: Gedai Publicações, 2016.

Ciência Aberta

A expressão “Ciência Aberta” tem adquirido crescente centralidade no debate acadêmico contemporâneo, à medida que as transformações tecnológicas e comunicacionais alteram o modo como a ciência é produzida, circula e é avaliada. As novas formas de coleta, armazenamento e disseminação de dados vêm modificando o ciclo da pesquisa científica e introduzindo mecanismos que buscam tornar a ciência mais colaborativa, inovadora, acessível, transparente, gratuita e eficaz.

A “Ciência Aberta” se insere em um cenário em que movimentos sociais, tecnologias digitais e disputas em torno do acesso ao conhecimento desestabilizam estruturas epistemológicas e institucionais vigentes, exigindo novos olhares, valores e práticas para lidar com os desafios que se colocam às dinâmicas científicas.

3.1. Definições de Ciência Aberta ●●●●●●

A “Ciência Aberta” é um conceito amplo e multifacetado, que abarca diversas práticas do fazer científico. Entre elas, destacam-se: o acesso aberto à literatura científica, os dados de pesquisa abertos, a ciência cidadã, os recursos educacionais abertos, o software e o hardware livres e a revisão por pares aberta. Trata-se, portanto, de um conjunto de iniciativas que dialoga com a colaboração em rede e com o compartilhamento de metodologias, procedimentos, ferramentas e conteúdos científicos (Albagli; Clinio; Raychtock, 2014; Albagli; Maciel; Abdo, 2015; Ribeiro; Oliveira; Diniz, 2024; Silveira et al., 2021).

Documentos internacionais ajudam a consolidar essas definições. Para a Comissão Europeia, a “Ciência Aberta” é descrita como uma nova abordagem ao processo científico baseada no trabalho cooperativo e em novas formas de disseminação do conhecimento, que buscam melhorar a acessibilidade e a reutilização dos resultados da pesquisa por meio de tecnologias digitais e ferramentas colaborativas (European Commission, 2016). Já a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) define “Ciência Aberta” como um construto inclusivo que reúne vários movimentos e práticas com o objetivo de tornar o conhecimento científico abertamente disponível, acessível e reutilizável por todas as pessoas, aumentando as colaborações científicas e o compartilhamento de informações em benefício da ciência e da sociedade, e abrindo os processos de criação, avaliação e comunicação do conhecimento para atores sociais para além da comunidade científica tradicional (UNESCO, 2021). Essa definição inclui todas as disciplinas e áreas acadêmicas (ciências básicas e aplicadas, naturais, sociais e humanidades) e se assenta em pilares como: acesso aberto ao conhecimento científico, infraestruturas de “Ciência Aberta”, comunicação científica aberta, engajamento aberto de atores sociais e diálogo com outros sistemas de conhecimento (Ribeiro; Oliveira; Diniz, 2024).

Apesar dessas formulações, a “Ciência Aberta” é reconhecida como um tema controverso, que levanta dúvidas, divide opiniões e demanda esclarecimentos. A rapidez das transformações tecnológicas, que remodelam continuamente os meios de comunicação e os modos de fazer ciência, convive com barreiras de acesso à informação científica, muitas delas associadas aos interesses econômicos de editoras comerciais. É nesse contexto que a Ciência Aberta se apresenta ao mesmo tempo como oportunidade, disputa e campo de tensões.

3.2. A Ciência Aberta como ecossistema ●●●●●●

Estudos recentes têm proposto compreender a “Ciência Aberta” como um ecossistema com-

posto por diferentes dimensões inter-relacionadas, cada qual com suas particularidades. Essa imagem de ecossistema permite visualizar suas múltiplas camadas, evitando reduzi-la a uma única prática ou instrumento.

Silveira e colaboradores (2021), ao utilizarem o método Delphi com autores brasileiros, sugerem que a “Ciência Aberta” pode ser organizada em, pelo menos, seis perspectivas principais, sendo elas:

3.2.1. Filosófica

Abrange valores como ética, integridade e transparência, que orientam a forma como a pesquisa é conduzida e comunicada. Trata-se de um compromisso com práticas científicas honestas e claras, que tornem compreensíveis os resultados e os processos que os sustentam.

3.2.2. Científica

Envolve práticas associadas à inovação, ao uso e reúso de dados, à reprodutibilidade e à replicabilidade. Aqui, a ênfase recai sobre a robustez dos métodos e a possibilidade de que outros pesquisadores verifiquem, reproduzam ou ampliem os estudos.

3.2.3. Social

Diz respeito à abertura da ciência para além dos muros acadêmicos, por meio de redes de colaboração, projetos de ciência cidadã, democratização do acesso à informação e envolvimento de diferentes públicos na produção e uso do conhecimento.

3.2.4. Tecnológica

Refere-se à necessidade de padronização, rastreabilidade e interoperabilidade, de modo que dados, plataformas e sistemas possam dialogar entre si, seguir padrões comuns e preservar informações sobre sua origem e trajetória.

3.2.5. Política

Envolve legislações, políticas públicas e mandatos institucionais que promovem a Ciência Aberta e reconhecem suas práticas. Inclui tanto políticas nacionais quanto normas de agências de fomento, instituições de pesquisa e editoras.

3.2.6. Econômica

Relaciona-se aos investimentos em infraestruturas de comunicação científica, às negociações de acesso à informação entre países e instituições, e aos custos envolvidos na manutenção de plataformas, repositórios e ferramentas digitais.

Pensar a Ciência Aberta como um ecossistema permite, portanto, reconhecê-la como um conjunto de práticas que se complementam e que só podem ser plenamente compreendidas em sua interdependência.

3.3. Movimentos, práticas e taxonomias da Ciência Aberta ●●●

A Ciência Aberta tem sido descrita como um movimento composto por diversas frentes que abordam aspectos distintos, mas complementares, do fazer científico. A Open Knowledge Foundation, por exemplo, defende que o processo de abertura do conhecimento científico deve torná-lo livre para uso, reúso e distribuição, sem restrições legais, tecnológicas ou sociais (OKF, [s. d.]).

Revisões sistemáticas da literatura produzida por autores brasileiros indicam que a Ciência Aberta se configura como um movimento colaborativo, centrado no uso de tecnologias para o compartilhamento e o acesso à pesquisa. No plano das práticas, essa literatura identifica um amplo conjunto de termos e expressões associados à Ciência Aberta, tais como: dados abertos, acesso aberto, cadernos de pesquisa abertos, ciência cidadã, software livre, e-science, ferramentas abertas, revisão aberta, arquivos abertos, crowdsourcing, cultura hacker, curadoria digital, domínio público, publicações ampliadas, recursos educacionais abertos e redes de cooperação (Nascimento; Albagli, 2019).

No campo específico do acesso aberto, discute-se estratégias para disponibilizar resultados de pesquisa de forma on-line, gratuita e sem restrições. O Movimento de Acesso Aberto antecede a formulação contemporânea de Ciência Aberta e foi formalizado, em 2002, pela Budapest Open Access Initiative (Declaração de Budapeste), que hoje é entendida como parte constitutiva da Ciência Aberta. Essa declaração aponta dois principais caminhos para a disponibilização irrestrita dos resultados: a publicação de artigos em periódicos abertos (via dourada) e o depósito de publicações em repositórios digitais com infraestrutura para armazenamento e preservação de longo prazo (via verde). Outras modalidades de abertura têm sido propostas (bronze, híbrido, prata, diamante), mas a via dourada e a via verde permanecem como as formas clássicas de acesso aberto, em sua formulação original, sem restrições além da necessidade de acesso à internet (BOAI, 2002).

Em relação aos dados abertos, o foco recai sobre as formas de armazenar e disponibilizar os dados coletados durante a pesquisa para uso e reúso, dentro de padrões que garantam sua abertura. A literatura destaca que os dados de pesquisa não pertencem ao periódico em que a investigação foi publicada, mas à comunidade científica, o que implica iniciativas como re-

vistas de dados abertos, padrões de dados, ações em Big Data e políticas de governo aberto (Andrade; Muriel-Torrado, 2017; BOAI, 2002).

3.4. Avaliação científica e revisão por pares aberta ●●●●●●

A Ciência Aberta também tensiona os modos de avaliação da ciência. Tradicionalmente, a avaliação se concentrou em métricas como o fator de impacto de periódicos e o número de citações recebidas por artigos e autores. Essas medidas continuam relevantes, mas apresentam limites importantes: elas não captam, por exemplo, se um trabalho alcança públicos não acadêmicos, se é discutido em redes sociais, se aparece em blogs, se dialoga com políticas públicas ou se gera impactos em outros domínios da vida social (European Commission, 2016).

Nesse contexto, ganham espaço as chamadas métricas alternativas, que consideram sinais digitais de impacto, como leituras, downloads, marcações de favoritos, compartilhamentos, discussões e avaliações em ambientes on-line. Essas métricas procuram capturar dimensões do desempenho das publicações científicas no ambiente digital que antes não eram contempladas. A avaliação, entretanto, não se reduz a essas métricas: continua a envolver indicadores como altimetria, bibliometria, webometria e semantometria, entre outros (Silveira et al., 2021).

Articulada a essa discussão está a revisão por pares aberta, que busca introduzir maior transparência no processo de avaliação dos manuscritos. Há mais de vinte formas possíveis de tornar a revisão por pares “aberta”, incluindo a divulgação das identidades de autores e revisores, a publicação dos pareceres com ou sem registro de autoria e a interação com a comunidade mais ampla, que pode participar de forma identificada ou anônima. Em todas essas variantes, o princípio orientador é o reforço da integridade científica de autores e revisores, com vistas à melhoria da qualidade das pesquisas (Silveira et al., 2021).

Novos arranjos de avaliação podem emergir à medida que os recursos tecnológicos se desenvolvem, como modelos de avaliação automatizada ou plataformas de revisão desacopladas do sistema editorial original, ampliando as possibilidades de participação e de escrutínio público dos resultados científicos.

3.5. Políticas e ferramentas de Ciência Aberta ●●●●●●

As políticas de Ciência Aberta são, em geral, formuladas por instituições de pesquisa, agências de fomento, governos e editoras. Elas se expressam em mandatos organizacionais e políticas especializadas que buscam promover os princípios de abertura e reconhecer as

práticas associadas. Inicialmente, muitas dessas políticas estavam centradas na exigência de divulgação aberta dos resultados de pesquisas financiadas com recursos públicos, com base no princípio de que tais resultados deveriam estar disponíveis para consulta sem restrições. Gradualmente, o escopo das políticas foi se ampliando, incorporando diferentes etapas do ciclo de pesquisa. Hoje, é possível identificar políticas nacionais e institucionais que estimulam práticas de Ciência Aberta em vários pontos do processo investigativo, bem como disposições específicas em leis, regulamentos e diretrizes.

No que se refere às ferramentas, a rápida expansão da web 2.0 e de tecnologias baseadas na internet simplificou o compartilhamento de dados e pesquisas, contribuindo de forma decisiva para a abertura da ciência. Plataformas, redes sociais acadêmicas, cadernos de laboratório eletrônicos e outros recursos permitem representar o processo científico para além dos formatos tradicionais de texto e de descrição metodológica. Muitas dessas ferramentas são amplamente adotadas por pesquisadores, ainda que nem sempre se integrem perfeitamente aos fluxos de trabalho existentes. Idealmente, elas devem ser desenvolvidas para apoiar as rotinas reais da pesquisa, em vez de impor novas rotinas desconectadas da prática (Silveira et al., 2021).

3.6. Desafios e controvérsias ●●●●●●

A expansão da Ciência Aberta é acompanhada por uma série de desafios e controvérsias. No plano econômico, persistem barreiras relacionadas aos custos para publicação em determinados periódicos e à viabilidade financeira de modelos abertos em contextos de forte concentração editorial. No plano ético, emergem questões sensíveis relativas ao manejo de dados pessoais, ao tratamento de informações sensíveis e à proteção de participantes de pesquisa, especialmente em áreas como as ciências sociais e a saúde.

No interior da própria academia, há resistências culturais importantes. Nem todos os pesquisadores se sentem confortáveis em abrir seus dados, métodos ou códigos de análise, seja por receio de críticas, de apropriação indevida ou de perda de vantagem competitiva. Soma-se a isso o risco de captura comercial de práticas originalmente colaborativas, que podem ser assimiladas por interesses privados e reconfiguradas de maneira a reforçar desigualdades de acesso e de participação (Albagli; Maciel; Abdo, 2015; Andrade; Muriel-Torrado, 2017; Nascimento; Albagli, 2019; Ribeiro; Oliveira; Diniz, 2024; Silveira et al., 2021).

Essas tensões evidenciam que a Ciência Aberta não é um processo linear nem consensual. Ela se constitui como um campo de disputa, em que diferentes projetos, valores e interesses se confrontam.

3.7. Considerações finais ●●●●●

Em síntese, a Ciência Aberta pode ser compreendida como um “movimento de movimentos”, que reúne diversas práticas e frentes de atuação em torno de um objetivo comum: democratizar o conhecimento científico. Ela não se reduz a um conjunto de ferramentas técnicas ou a um simples ajuste de procedimentos; trata-se de um projeto político e cultural que busca aproximar a ciência da sociedade, ampliar a circulação do conhecimento e reconfigurar as relações entre pesquisadores, instituições, financiadores e públicos.

Ao articular dimensões filosóficas, científicas, sociais, tecnológicas, políticas e econômicas, a Ciência Aberta convida a repensar não apenas como os resultados são publicados, mas como a própria pesquisa é concebida, conduzida, avaliada e apropriada socialmente. Nesse sentido, ela se coloca como um dos eixos centrais das discussões contemporâneas sobre o futuro da ciência e sobre seu compromisso com a justiça cognitiva, o acesso ao conhecimento e a responsabilidade pública da pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBAGLI, S.; CLINIO, A.; RAYCHTOCK, S. Ciência Aberta: correntes interpretativas e tipos de ação. Open Science: interpretive trends and types of action. Liinc em Revista, [s. l.], vol. 10, no 2, 2014.
- ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L.; ABDO, A. H. (orgs.). Ciência aberta, questões abertas. [S. l.]: IBICT UNIRIO, 2015.
- ANDRADE, R.; MURIEL-TORRADO, E. Declarações de Acesso Aberto e a Lei de Direitos Autorais brasileira. RECIIS, [s. l.], vol. 11, 2017.
- BOAI. Read the Declaration: Budapest Open Access Initiative. [S. l.], 2002. Disponível em: <https://www.budapestopenaccessinitiative.org/read/>. Acesso em: 12 dez. 2025.
- EUROPEAN COMMISSION. Open Innovation, Open Science, Open to the World - a vision for Europe. [S. l.]: [s. d.], 2016. vol. 1
- NASCIMENTO, A.; ALBAGLI, S. Conceitos de Ciência Aberta no Brasil: uma revisão sistemática de literatura. 2019, Florianópolis. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Florianópolis: Ancib, 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/1125/940>. Acesso em: 12 dez. 2025.
- OKF. Open definition: Defining Open in Open Data, Open Content and Open Knowledge. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://opendefinition.org/od/2.1/en/>. Acesso em: 12 dez. 2025.
- RIBEIRO, N. C.; OLIVEIRA, D. A.; DINIZ, J. A. C. Bibliotecários e os desafios da Ciência Aberta: habilidades, recursos e serviços. Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde, [s. l.], vol. 18, no 1, p. 208–221, 2024.
- SILVEIRA, L. da et al. Ciência aberta na perspectiva de especialistas brasileiros: proposta de taxonomia. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, [s. l.], vol. 26, p. 1–27, 2021.
- UNESCO. DRAFT TEXT OF THE UNESCO RECOMMENDATION ON OPEN SCIENCE. In: INTERGOVERNMENTAL MEETING OF EXPERTS (CATEGORY II). [S. l.]: [s. d.], 2021.

Depósito de dados qualitativos

O depósito e o compartilhamento de dados de pesquisa constituem um tema cada vez mais presente no universo acadêmico, especialmente no contexto dos debates contemporâneos sobre ciência aberta. No caso específico das pesquisas qualitativas, essa discussão assume contornos ainda mais complexos, em virtude das características singulares dos dados, das exigências éticas implicadas em sua produção e da diversidade de formatos que compõem esse tipo de material.

4.1. O que são dados de pesquisa ●●●●●●

A noção de dados de pesquisa não é homogênea e pode assumir diferentes definições conforme a área do conhecimento. De modo geral, autores como Sales e Sayão definem dado de pesquisa como “todo e qualquer tipo de registro coletado, observado, gerado ou usado pela pesquisa científica, tratado e aceito como necessário para validar os resultados da pesquisa pela comunidade científica”. Nessa perspectiva, os dados correspondem a tudo aquilo que sustenta o reconhecimento da validade de um estudo (ABRASCO; Fórum de Editores da Saúde Coletiva, 2025).

Essa categoria é ampla e heterogênea, incluindo algoritmos, protocolos, entrevistas, questionários, transcrições, fotografias, softwares, códigos, diários de campo, vídeos e planilhas, entre outros formatos possíveis. No campo da pesquisa qualitativa, os dados assumem características ainda mais específicas, abrangendo entrevistas semiestruturadas, grupos focais, histórias orais, notas de campo, documentos oficiais, atas de reunião, discursos, memórias, correspondências, registros visuais e materiais da cultura popular. Trata-se, portanto, de um conjunto rico, variado e multifacetado de fontes (ABRASCO; Fórum de Editores da Saúde Coletiva, 2025).

4.2. Por que compartilhar os dados ●●●●●●

O compartilhamento de dados de pesquisa, por meio de seu depósito em repositórios, gera uma série de benefícios amplamente reconhecidos no campo científico. Em primeiro lugar, promove a transparência científica, uma vez que outros pesquisadores passam a ter acesso aos registros que fundamentaram os resultados apresentados, podendo compreender como a investigação foi realizada (ABRASCO; Fórum de Editores da Saúde Coletiva, 2025).

Em segundo lugar, fortalece a reprodutibilidade e a replicabilidade, ampliando a confiança na pesquisa e permitindo que novos estudos utilizem procedimentos semelhantes. Em terceiro, viabiliza a reusabilidade dos dados, possibilitando o surgimento de novos projetos a partir de conjuntos já existentes, com economia de tempo e de recursos. Ademais, o compartilhamento estimula a colaboração científica, fortalece redes de pesquisa, multiplica os usos possíveis dos dados e amplia o retorno do investimento em ciência (ABRASCO; Fórum de Editores da Saúde Coletiva, 2025).

No caso dos dados qualitativos, esse impacto pode ser ainda mais significativo, em razão de sua riqueza, complexidade e potencial de reinterpretação. Esses dados podem ser utilizados em análises secundárias, estudos comparativos e até mesmo em meta-análises. Cabe desta-

car que dados de pesquisa não incluem manuscritos ou artigos prontos, mas sim os registros brutos e processados que sustentam as conclusões. Quando esses dados se tornam disponíveis, o potencial de geração de novos conhecimentos é ampliado de forma significativa (ABRASCO; Fórum de Editores da Saúde Coletiva, 2025).

4.3. Como preparar os dados para depósito ●●●●●●

De acordo com o Guia Introdutório elaborado pela ABRASCO (2025), a preparação de um conjunto de dados para depósito exige cuidados específicos, tanto do ponto de vista técnico quanto do ponto de vista ético.

4.3.1. Organização

Recomenda-se organizar os arquivos em pastas hierárquicas, estruturadas por tipo de conteúdo ou por etapas da pesquisa. Essa organização facilita a compreensão por pessoas que não tiveram contato direto com o projeto. O uso de um arquivo do tipo README, explicando a lógica da estrutura das pastas, constitui uma prática fundamental.

4.3.2. Nomeação

Os nomes dos arquivos devem ser claros, consistentes e padronizados, evitando-se o uso de caracteres especiais. Sempre que possível, deve-se incluir informações como a data no formato ano-mês-dia. É essencial não utilizar nomes pessoais ou informações sensíveis nos arquivos, mesmo quando o acesso não for público, pois o próprio nome do arquivo pode expor dados indevidos.

4.3.3. Formatos

Deve-se priorizar o uso de formatos abertos, que favorecem a preservação a longo prazo. Arquivos salvos exclusivamente em formatos proprietários podem tornar-se inacessíveis no futuro, comprometendo a reutilização dos dados.

4.3.4. Seleção

Um mesmo conjunto de dados pode estar vinculado a diversas publicações. É importante garantir a coerência entre os dados depositados e os artigos resultantes da pesquisa, evitando a fragmentação artificial de resultados, prática conhecida como “publicação salame”.

4.3.5. Anonimização

A anonimização representa um dos pontos mais sensíveis para as pesquisas qualitativas. Os dados devem respeitar os princípios éticos e proteger a identidade dos participantes. Contudo, em determinados contextos, a anonimização completa pode inviabilizar ou empobrecer a análise. Nesses casos, existem alternativas, como a restrição de acesso aos dados, o uso de termos de confidencialidade ou modelos de reanálise descentralizada, nos quais os dados não circulam diretamente.

4.3.6. Documentação

Os dados devem ser acompanhados de documentação clara. Caso tenham sido submetidos a processamento, transformação ou apresentem limitações específicas, essas informações devem ser devidamente registradas. O mesmo se aplica ao uso de softwares específicos, sendo necessário indicar, por exemplo, a versão adequada para abertura dos arquivos.

4.3.7. Metadados

Os metadados desempenham papel essencial na descrição e na recuperação dos dados. Eles tornam os conjuntos localizáveis e ampliam suas possibilidades de reuso. Informações como título, autoria, data de coleta, descrição, palavras-chave e licença devem ser preenchidas de forma tão completa quanto possível.

4.4. Onde depositar os dados ●●●●●●

Uma vez preparados, os dados precisam ser depositados em repositórios apropriados. Os repositórios de dados são plataformas voltadas ao arquivamento seguro, à preservação de longo prazo e à atribuição de identificadores persistentes, como o DOI, que possibilita a citação e a visibilidade dos conjuntos de dados (ABRASCO; Fórum de Editores da Saúde Coletiva, 2025).

Existem três grandes tipos de repositórios. Os repositórios temáticos ou especializados são voltados para áreas específicas, como é o caso do Qualitative Data Repository, nas ciências sociais. Os repositórios institucionais vinculam-se a universidades ou centros de pesquisa, como o Arca Dados da Fiocruz, o Domus Dados da Unifesp e o repositório de dados da USP. Já os repositórios generalistas aceitam dados de qualquer área do conhecimento, como Zenodo, Figshare, Open Science Framework e Mendeley Data (ABRASCO; Fórum de Editores da Saúde Coletiva, 2025).

A escolha do repositório deve considerar alguns critérios fundamentais. Quando os dados

são sensíveis, pode ser necessário optar por uma plataforma que permita acesso restrito. Se houver um repositório específico da área de pesquisa, essa tende a ser a melhor opção. Caso a instituição do pesquisador possua um repositório oficial, essa alternativa também deve ser considerada. Na ausência dessas condições, os repositórios generalistas configuram-se como a escolha mais prática (ABRASCO; Fórum de Editores da Saúde Coletiva, 2025).

Um bom repositório deve oferecer identificador persistente, metadados padronizados, plano de preservação de longo prazo, possibilidade de definição de licenças e termos de uso e, sempre que possível, diferentes níveis de acesso aos dados (ABRASCO; Fórum de Editores da Saúde Coletiva, 2025).

4.5. Considerações finais ●●●●●●

O depósito de dados qualitativos não constitui apenas uma tendência passageira, mas integra um movimento mais amplo de fortalecimento da ciência aberta. Essa prática assegura maior transparência, amplia a circulação do conhecimento e potencializa o impacto das pesquisas para além da publicação de artigos.

Embora existam desafios, especialmente no que diz respeito à anonimização e às questões éticas, também há soluções operacionais, como a restrição de acesso e a curadoria especializada. Preparar e depositar os dados representa, assim, uma forma de valorizar o trabalho já realizado e de permitir que ele continue produzindo efeitos, tanto dentro quanto fora do campo específico de atuação da pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRASCO; FÓRUM DE EDITORES DE SAÚDE COLETIVA. Dados de pesquisa: guia introdutório. . 1. ed. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2025. vol. 1 Disponível em: <https://abrasco.org.br/download/forum-de-editores-de-saude-coletiva-guia-introdutorio-de-dados-de-pesquisa/>. Acesso em: 12 dez. 2025.

Uso ético da Inteligência Artificial Generativa na pesquisa científica

O lançamento do ChatGPT, em 30 de novembro de 2022, foi amplamente percebido como um marco tecnológico de grandes proporções. Em poucos meses, ferramentas de Inteligência Artificial Generativa (IAG) passaram a integrar de forma intensa o cotidiano acadêmico, sendo utilizadas para buscar artigos, resumir textos, organizar ideias, estruturar argumentos, revisar escritos e apoiar análises de dados. Diante dessa rápida incorporação, torna-se fundamental refletir sobre os limites éticos, epistemológicos, jurídicos e políticos do uso dessas tecnologias na produção do conhecimento científico.

Ferramentas como ChatGPT, Claude, Copilot, Gemini, Llama, Maritalk e, mais recentemente, modelos como DeepSeek, permitem a automatização de uma ampla gama de tarefas: redação e reescrita de textos, tradução, síntese de conteúdos extensos, organização de informações, análise de grandes volumes de dados e geração de códigos de programação. No campo da pesquisa científica, essas ferramentas vêm sendo reconhecidas como potenciais facilitadoras do trabalho intelectual, sobretudo em atividades de busca inicial de literatura, organização de ideias e apoio à escrita. Contudo, sua adoção acrítica pode produzir efeitos indesejáveis sobre a qualidade da ciência, a integridade da pesquisa e a própria formação acadêmica.

5.1. Funcionamento dos Grandes Modelos de Linguagem e o problema das alucinações ●●●●●●

As ferramentas de IAG são baseadas nos chamados Grandes Modelos de Linguagem (Large Language Models – LLMs), treinados com conjuntos massivos de dados textuais, envolvendo bilhões ou trilhões de parâmetros. Esses modelos aprendem padrões estatísticos de coocorrência entre palavras e expressões e, a partir disso, passam a prever a próxima palavra mais provável em uma sequência, produzindo textos que soam coerentes aos leitores humanos (Sampaio; Sabbatini; Limongi, 2024).

Esse funcionamento estatístico explica dois aspectos centrais. Primeiro, os modelos raramente reproduzem textos de forma literal, o que cria uma aparência de originalidade. Segundo, podem produzir respostas sintaticamente corretas, porém factualmente incorretas. Esse fenômeno vem sendo denominado “confabulação” ou “alucinação”, isto é, a geração de conteúdos plausíveis do ponto de vista formal, mas sem correspondência com fatos, dados ou referências reais (Sampaio; Sabbatini; Limongi, 2024).

No contexto acadêmico, as alucinações representam um risco significativo. As IAG podem inventar informações, criar explicações conceitualmente frágeis ou gerar referências bibliográficas inexistentes. Se tais resultados forem incorporados sem uma verificação rigorosa, a confiabilidade, a validade e a integridade da pesquisa ficam seriamente comprometidas (Sampaio; Sabbatini; Limongi, 2024).

5.2. Ferramentas de IAG e suas especificidades ●●●●●●

Diversas ferramentas vêm sendo utilizadas no cotidiano da pesquisa. O ChatGPT tem sido empregado para revisão de trechos de artigos, traduções de resumos, apoio à estruturação de textos e planejamento de entrevistas. O Claude destaca-se pela capacidade de lidar com grandes volumes de texto, sendo útil para a síntese de relatórios extensos. O Copilot atua integrado ao pacote Office, auxiliando na elaboração de relatórios, apresentações e organização de tabelas. O Gemini conecta-se ao ecossistema Google, apoiando a organização de documentos e dados em planilhas. O Llama, por ser um modelo de código aberto, possibilita maior transparência, auditoria e personalização em ambientes acadêmicos. Já a Maritalk, desenvolvida no Brasil, apresenta vantagens para pesquisas conduzidas em língua portuguesa e em contextos locais, além de contribuir para a soberania tecnológica (Sampaio; Sabbatini; Limongi, 2024).

Embora úteis, essas ferramentas não são neutras nem isentas de riscos. Sua utilização exige compreensão de seus limites e implicações éticas, sob pena de comprometer a qualidade da produção científica.

5.3. Cinco questões centrais para o uso ético da IAG na pesquisa

A primeira questão refere-se à propriedade dos modelos e aos vieses geopolíticos. A maioria das ferramentas de IAG é controlada por grandes empresas de tecnologia sediadas no Norte Global. Esse fato implica que seus dados de treinamento, parâmetros e lógicas de funcionamento refletem, em grande medida, valores, normas e prioridades desses contextos. Como consequência, há o risco de reprodução de uma visão hegemônica de ciência, frequentemente alinhada a abordagens quantitativas, experimentais e tecnocráticas, em detrimento de perspectivas críticas, qualitativas e situadas, sobretudo aquelas produzidas no Sul Global. (Sampaio; Sabbatini; Limongi, 2024)

A segunda questão diz respeito ao treinamento com dados humanos e ao colonialismo de dados. As interações realizadas com essas ferramentas podem ser utilizadas para o treinamento e aprimoramento dos modelos. Isso inclui textos inéditos, propostas de pesquisa, hipóteses, entrevistas e outros materiais produzidos por pesquisadores. Tal dinâmica levanta preocupações em torno da apropriação indevida do conhecimento científico, da violação de confidencialidade e da reprodução de assimetrias globais na circulação e exploração de dados (Sampaio; Sabbatini; Limongi, 2024).

A terceira questão refere-se às alucinações, erros e fabricação de referências. Conforme já discutido, as IAG podem produzir respostas formalmente adequadas, mas factualmente falsas. Isso inclui a invenção de referências bibliográficas, a atribuição indevida de obras a determinados autores e a apresentação de dados inexistentes. A consequência direta é a necessidade de que toda informação gerada por essas ferramentas seja exaustivamente verificada (Sampaio; Sabbatini; Limongi, 2024).

A quarta questão relaciona-se ao produtivismo acadêmico. O uso indiscriminado de IAG pode estimular a produção acelerada de textos superficiais, redundantes ou pouco originais, voltados unicamente ao aumento quantitativo de publicações. Tal prática reforça distorções já existentes no sistema acadêmico, em que a pressão por produtividade tende a comprometer a profundidade teórica, o rigor metodológico e a relevância social das pesquisas (Sampaio; Sabbatini; Limongi, 2024).

A quinta questão diz respeito ao impacto ambiental da IAG, especialmente no que se refere

ao consumo massivo de energia elétrica, ao uso intensivo de água e aos efeitos territoriais associados à expansão acelerada dos data centers. As infraestruturas que sustentam a operação, o treinamento e a disponibilização de sistemas de IA funcionam como verdadeiros “cérebros” da internet, compostos por milhares de servidores de alta performance que demandam energia contínua tanto para processamento quanto para sistemas ininterruptos de refrigeração. No Brasil, estimativas indicam que, já hoje, a capacidade instalada dos data centers equivale ao consumo de uma cidade de cerca de dois milhões de habitantes, com projeções de crescimento que podem multiplicar essa demanda em mais de vinte vezes até 2038, alcançando patamares equivalentes ao consumo de uma metrópole de dezenas de milhões de pessoas (Mota, 2025).

Esse crescimento tem sido diretamente impulsionado pela popularização da inteligência artificial, sobretudo pelos centros capazes de treinar e operar grandes modelos de linguagem, equipados com chips de altíssimo desempenho energético, como os da Nvidia. Trata-se, portanto, de um avanço tecnológico profundamente imbricado com a crise climática e com os limites ambientais da matriz energética global. Mesmo quando abastecidos por fontes consideradas renováveis, os data centers não estão isentos de impactos socioambientais. A expansão de parques eólicos e solares, por exemplo, tem sido associada a conflitos territoriais, violação de direitos de comunidades tradicionais, alterações em ecossistemas locais, restrição de acesso à água, à terra e aos meios de subsistência, além de efeitos sobre a saúde das populações que vivem em áreas de implantação dessas infraestruturas (Mota, 2025).

Além do consumo de energia, destaca-se também o uso intensivo de água, seja de modo indireto, por meio de hidrelétricas, seja de forma direta, nos sistemas de refrigeração. Estudos internacionais já estimaram que interações simples com sistemas de IA podem demandar centenas de mililitros de água por resposta, a depender do modelo de refrigeração e da localização do data center. Em países onde predominam sistemas de resfriamento por evaporação, esse consumo tem gerado conflitos entre grandes empresas de tecnologia e populações locais, sobretudo em regiões com escassez hídrica (Mota, 2025).

Do ponto de vista ético e político, essa dimensão ambiental introduz um desafio adicional ao uso da IAG na pesquisa científica: trata-se não apenas de um problema de autoria, plágio, viés ou colonialismo de dados, mas também de sustentabilidade da própria infraestrutura do conhecimento. O uso intensivo e crescente dessas tecnologias implica emissões indiretas de gases de efeito estufa, pressão sobre sistemas energéticos nacionais, impactos sobre territórios e aprofundamento de desigualdades ambientais, frequentemente transferidas para populações já historicamente vulnerabilizadas.

Portanto, incorporar a variável ambiental ao debate sobre o uso ético da Inteligência Artificial Generativa significa reconhecer que a produção de conhecimento mediada por IA não é apenas um fenômeno técnico ou epistemológico, mas também energético, ecológico e territorial, cujos custos são socialmente distribuídos de forma desigual. Em contextos como o brasileiro, essa dimensão impõe a necessidade de políticas públicas, regulações ambientais e escolhas tecnológicas que enfrentem simultaneamente a soberania científica, a justiça climática e a proteção dos direitos das comunidades afetadas pela expansão da infraestrutura digital.

5.4. Autoria humana, responsabilidade e prestação de contas

Um dos consensos mais sólidos nas diretrizes internacionais é que sistemas de IAG não podem ser considerados autores de trabalhos acadêmicos. A autoria envolve responsabilidade moral, jurídica e científica sobre a originalidade, a precisão e a integridade do conteúdo. Sistemas artificiais não podem responder por eventuais erros, inverdades, plágios ou violações éticas. A responsabilidade final é sempre humana (Sampaio; Sabbatini; Limongi, 2024).

Isso implica que os autores devem revisar cuidadosamente todo o material gerado ou apoiado por IAG, verificar dados, conceitos e referências, assumir integralmente a autoria do texto e responder por ele perante a comunidade científica.

5.5. Transparência como princípio fundamental ●●●●●●

A transparência constitui outro princípio estruturante do uso ético da IAG. O simples reconhecimento genérico de que “uma IA foi utilizada” não é suficiente. Recomenda-se que o pesquisador informe, sempre que o uso for substantivo, qual ferramenta foi utilizada, qual modelo ou versão, em que data, para quais finalidades e de que modo ela interferiu no processo de pesquisa (Sampaio; Sabbatini; Limongi, 2024).

Tal registro fortalece a confiabilidade do estudo, favorece a replicabilidade e explicita que a utilização da ferramenta ocorreu sob supervisão humana.

5.6. Plágio, originalidade e direitos autorais ●●●●●●

Modelos de linguagem treinados em grandes repositórios de dados disponíveis na internet podem, eventualmente, reproduzir fragmentos de textos protegidos por direitos autorais ou

mimetizar ideias já publicadas. Dessa forma, cabe exclusivamente ao pesquisador garantir a originalidade do trabalho, conferir todas as referências sugeridas, ler efetivamente os textos citados e assegurar a correta atribuição de autoria (Sampaio; Sabbatini; Limongi, 2024).

No atual contexto jurídico, os outputs gerados por IAG não são, em geral, protegidos por direitos autorais. Contudo, isso não elimina o risco de violação de direitos de terceiros quando há reprodução indevida de conteúdos preexistentes.

5.7. Proteção de dados sensíveis e LGPD ●●●●●●

A utilização de IAG em pesquisas que envolvem dados pessoais, informações confidenciais, entrevistas qualitativas, grupos focais, prontuários clínicos ou dados biométricos exige máxima cautela. Subir esse tipo de material em plataformas externas pode violar princípios éticos fundamentais da pesquisa e disposições legais, como a Lei Geral de Proteção de Dados (Sampaio; Sabbatini; Limongi, 2024).

Sempre que houver dados sensíveis ou inéditos, recomenda-se evitar o uso de ferramentas que possam utilizá-los para treinamento de modelos, bem como privilegiar soluções que permitam maior controle institucional (Sampaio; Sabbatini; Limongi, 2024).

5.8. Preservação da agência humana e da formação acadêmica

A utilização de IAG não pode comprometer a agência humana na produção do conhecimento. A pesquisa científica envolve processos complexos de leitura crítica, teorização, análise, interpretação e escrita, que são fundamentais para a formação de pesquisadores. Delegar essas etapas centrais à máquina empobrece o processo formativo, fragiliza a autoria intelectual e reduz a densidade analítica dos trabalhos.

Assim, a IAG deve ser compreendida como ferramenta de apoio, sobretudo para tarefas repetitivas ou técnicas, e não como substituta do pensamento crítico, da criatividade, da escrita autoral ou da deliberação coletiva da vida acadêmica.

5.9. Boas práticas para o uso ético da IAG ●●●●●●

Entre as boas práticas atualmente recomendadas, destacam-se:

- utilizar a IAG como apoio, e não como substituta do trabalho intelectual;
- declarar de forma transparente quando e como a ferramenta foi utilizada;
- verificar rigorosamente todas as informações produzidas;
- evitar o uso de IAG com dados sensíveis ou inéditos;
- priorizar modelos abertos, quando possível;
- revisar cuidadosamente todo texto gerado ou revisado por IA;
- ler efetivamente todas as referências citadas (Sampaio; Sabbatini; Limongi, 2024).

5.10. Considerações finais ●●●●●●

A Inteligência Artificial Generativa apresenta um potencial significativo para apoiar o trabalho científico, agilizar tarefas, organizar informações e ampliar o acesso a ferramentas de escrita, análise e programação. Simultaneamente, ela traz riscos relevantes: reprodução de vieses, alucinações, plágio, violação de dados sensíveis e aprofundamento de desigualdades no sistema científico.

O desafio contemporâneo não é rejeitar a tecnologia, mas aprender a integrá-la de forma crítica, ética e responsável. A IAG pode ampliar a capacidade humana de produzir conhecimento, mas a responsabilidade final sobre o que é publicado, ensinado e compartilhado continuará sendo, inevitavelmente, humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MOTA, C. V. Quanta água o ChatGPT “bebe” para responder sua pergunta? Data centers se multiplicam no Brasil e cientistas tentam estimar impacto. [S. l.], 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cy4dvlyg5j3o>. Acesso em: 14 dez. 2025.

SAMPAIO, R. C.; SABBATINI, M.; LIMONGI, R. Diretrizes para o uso ético e responsável da Inteligência Artificial Generativa. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - Intercom, 2024. vol. 1

Importância da representatividade na autoria

A importância da pluralidade na produção científica constitui tema central para os debates em ciência e sociedade. A diversidade de vozes enriquece o conhecimento, contribui para a correção de injustiças históricas e evidencia que a ciência não é neutra nem homogênea, mas plural.

A pluralidade envolve dimensões éticas, epistemológicas e políticas. Não se trata apenas de quem assina os artigos, mas de quem tem o direito de interpretar o mundo, formular perguntas, escolher métodos e decidir quais resultados serão divulgados. Em outras palavras, a discussão sobre representatividade autoral remete à própria estrutura de poder que atravessa a produção e a circulação do saber científico.

6.1. Neutralidade científica e conhecimento situado ●●●●●●

Essa discussão leva diretamente a um dos temas mais controversos da ciência: a ideia de neutralidade científica. Com frequência, a ciência se apresenta como se viesse de um lugar de observação absoluto, como se fosse possível olhar o mundo e constituir sentido ao que se observa, sem estar em algum ‘lugar’. Forma-se, assim, uma espécie de ilusão de um olhar que paira acima de tudo, sem corpo, sem gênero, sem classe, sem raça, enfim, sem história.

Na prática, todo conhecimento é situado e encarnado. Ele é produzido por alguém, em algum lugar, a partir de trajetórias específicas, nas quais se podem identificar origens, experiências e direções. O conhecimento situado assume sua própria limitação e parcialidade, sem pretensão de se apresentar como universal (Diniz; Guerreiro, 2008; Haraway, 1995; Porto; Fasanello; Palm, 2025).

Reconhecer a parcialidade não significa abdicar do rigor, mas admitir que toda perspectiva é localizada e marcada por contextos sociais, históricos e políticos. O desafio não é apagar a parcialidade, mas assumi-la com responsabilidade. Isso implica prestar contas de onde se fala, explicitar a posicionalidade de quem pesquisa e reconhecer que diferentes posições produzem diferentes modos de ver e interrogar o mundo (Diniz; Guerreiro, 2008; Haraway, 1995; Porto; Fasanello; Palm, 2025).

Se cada olhar é limitado, então quanto mais diversos forem os autores de uma produção científica, mais robusto tende a ser o resultado. A pluralidade autoral não é apenas uma demanda de justiça social, mas uma condição para aprofundar a qualidade do conhecimento produzido.

6.2. Pluralidade como questão de qualidade epistêmica ●●●●

A pluralidade deve ser entendida como uma questão de qualidade epistêmica. Uma equipe composta apenas por pessoas com trajetórias, marcadores sociais e formações semelhantes tende a enxergar apenas um recorte do mundo. Certas questões permanecem invisíveis, determinados conflitos não são formulados e alguns problemas não chegam a ser considerados relevantes (Diniz; Guerreiro, 2008; Porto; Fasanello; Palm, 2025).

Por outro lado, uma equipe diversa em termos de gênero, raça, origem social, território e formação acadêmica amplia o campo de visão, possibilita a formulação de novas perguntas e a identificação de aspectos que permaneceriam ocultos em contextos homogêneos. A pluralidade autoral, assim, não se limita a uma política de inclusão simbólica. Ela se traduz em ganhos concretos de densidade analítica, sensibilidade teórica e precisão descritiva (Diniz; Guerreiro, 2008; Porto; Fasanello; Palm, 2025).

Ao ampliar a representatividade na autoria, ultrapassa-se inclusive a fronteira da interdisciplinaridade, incorporando a interculturalidade dos saberes. Isso significa reconhecer que diferentes matrizes culturais, linguagens e experiências geram modos distintos de compreender e agir no mundo, e que esses modos podem dialogar de forma produtiva no interior da produção científica (Diniz; Guerreiro, 2008; Porto; Fasanello; Palm, 2025).

6.3. Ciência sensível e interculturalidade dos saberes ●●●●●●

Uma ciência que reconhece que os saberes não estão restritos às universidades, aos laboratórios ou aos periódicos científicos se torna mais ampla e sensível aos mundos aos quais se dirige. Essa ciência sensível se constrói em diálogo com outros conhecimentos situados, como saberes comunitários e locais, produzidos em diferentes espaços sociais (Diniz; Guerreiro, 2008; Porto; Fasanello; Palm, 2025). A produção de uma outra sensibilidade se conecta a um movimento que reconhece a importância de confrontar a injustiça epistêmica, que opera com base em preconceito e discriminação, ao atribuir descredibilidade às falas e conhecimentos de determinados sujeitos.

Trata-se de reconhecer a legitimidade de diferentes epistemologias, isto é, de distintos sistemas de conhecimento. Nessa perspectiva, não basta tolerar outros saberes; é necessário dialogar e incorporá-los de forma central e respeitosa. Isso significa ir além da citação pontual de autores de diferentes origens ou da menção a saberes tradicionais em notas de rodapé (Diniz; Guerreiro, 2008; Porto; Fasanello; Palm, 2025).

Para que a pluralidade seja efetiva, esses saberes e seus portadores precisam estar presentes na autoria, no processo de produção, nas interpretações e nas conclusões da pesquisa. A pluralidade na representatividade é concreta: manifesta-se no desenho metodológico, na formulação das perguntas, na forma de conduzir o trabalho de campo, na análise dos dados e, finalmente, no título, na lista de autores e na redação final do artigo (Diniz; Guerreiro, 2008; Porto; Fasanello; Palm, 2025).

6.4. Representatividade autoral e compromisso ético ●●●●●●

Uma ciência sensível é também uma ciência mais justa, pois reconhece a diversidade e se opõe à visão única. Ao mesmo tempo, é uma ciência mais eficaz, sobretudo quando se trata de enfrentar problemas complexos como aqueles da saúde coletiva. Questões como desigualdades sociais em saúde ou emergências sanitárias não podem ser enfrentadas apenas a partir

de uma perspectiva técnica, burocrática ou estritamente biomédica (Diniz; Guerreiro, 2008; Porto; Fasanello; Palm, 2025).

Nesses contextos, torna-se fundamental ouvir as comunidades, incluir lideranças locais, reconhecer pesquisadores do Sul Global e valorizar experiências diversas. A representatividade autoral, nesse sentido, traduz um compromisso ético com a defesa da vida em suas múltiplas expressões. Ela implica ampliar a escuta e a vocalização, demonstrar interesse pela diferença e reconhecer uma humanidade compartilhada que atravessa sujeitos, territórios e saberes (Porto; Fasanello; Palm, 2025).

Esse compromisso ético exige ainda reconhecer que a atuação de quem produz ciência não se inicia nem se encerra na chamada coleta de dados. As escolhas teóricas, metodológicas e políticas que perpassam todo o processo de pesquisa também são atravessadas pelas questões de representatividade e poder.

6.5. Representatividade como proteção ética e política ●●●●●

A ausência de representatividade pode gerar problemas graves, como apropriação indevida de saberes, apagamento de contribuições fundamentais e distorções nas interpretações sobre grupos e contextos pesquisados. Quando sujeitos da pesquisa ou seus representantes não têm espaço na produção e na assinatura dos trabalhos, aumenta o risco de que resultados sejam apresentados de maneira descontextualizada ou mesmo contrária aos interesses daqueles que foram objeto de estudo (Diniz; Guerreiro, 2008; Porto; Fasanello; Palm, 2025).

A representatividade dos autores, portanto, funciona também como mecanismo de proteção ética. Quando sujeitos pesquisados, coletividades envolvidas ou seus representantes têm espaço de autoria, reduz-se o risco de distorção, ampliam-se a reciprocidade e a responsabilidade compartilhada e fortalece-se a legitimidade da ciência. A presença dessas vozes na autoria sinaliza compromisso com relações menos assimétricas entre pesquisadores e pesquisados e, ao mesmo tempo, contribui para formas mais democráticas de produção e circulação do conhecimento (Diniz; Guerreiro, 2008; Porto; Fasanello; Palm, 2025).

6.6. Considerações finais ●●●●●

A discussão sobre representatividade autoral atravessa três dimensões inseparáveis: ética, epistemológica e política. Do ponto de vista ético, envolve o reconhecimento de contribuições e o compromisso com relações mais simétricas entre quem pesquisa e quem é pesqui-

sado. No plano epistemológico, indica que a qualidade do conhecimento depende da pluralidade de perspectivas mobilizadas. Politicamente, evidencia que a ciência está imersa em relações de poder que definem quem tem direito à palavra, ao reconhecimento e à autoria.

Na saúde coletiva, essa discussão adquire relevância particular. Ampliar a pluralidade de vozes, corpos e territórios na produção e circulação do saber significa fortalecer uma ciência situada, responsável e comprometida com a transformação social. A representatividade dos autores não é um detalhe periférico, mas parte constitutiva de uma prática científica que busca ser mais justa, rigorosa e sensível à complexidade do mundo que pretende compreender e transformar.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

DINIZ, D.; GUERREIRO, I. Ética na Pesquisa Social: desafios ao modelo biomédico. RECIIS, [s. l.], vol. 2, no 1, 2008.

HARAWAY, D. SABERES LOCALIZADOS: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu, [s. l.], vol. 5, p. 7–41, 1995. Disponível em: https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1524482904_ARQUIVO_DonnaHarawaysaberessituados.pdf. Acesso em: 14 dez. 2025.

PORTO, M. F.; FASANELLO, M.; PALM, J. Por uma ciência sensível, interdisciplinar e intercultural: desafios epistemológicos para resgatar a sabedoria na relação saúde, sociedade e natureza. Saúde e Sociedade, [s. l.], vol. 34, no 1, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sausoc/2025.v34n1/e240229pt/>. Acesso em: 14 dez. 2025.

CrITÉrios para a definição de autoria em trabalhos acadêmicos

A definição de autoria constitui um dos temas centrais da ética na pesquisa científica. Trata-se de uma questão fundamental para a garantia da justiça, da transparência e da integridade na produção do conhecimento. Na prática acadêmica, são recorrentes situações em que indivíduos são incluídos como autores sem terem contribuído efetivamente para o estudo, assim como casos em que contribuições relevantes deixam de ser devidamente reconhecidas. Nesse contexto, compreender os critérios que orientam a atribuição de autoria é indispensável para o fortalecimento das boas práticas científicas.

Ser autor de um trabalho científico não se limita à inclusão do nome na capa de um artigo. A autoria implica, necessariamente, a assunção de responsabilidade sobre o conteúdo produzido. Isso significa que toda pessoa que assina um artigo deve estar apta a responder por seu conteúdo, seja para esclarecer aspectos metodológicos, seja para corrigir eventuais erros, seja para enfrentar questionamentos sobre a integridade do estudo.

Entre os referenciais internacionais mais utilizados para a definição de autoria, destacam-se as diretrizes do Comitê Internacional de Editores de Revistas Médicas (International Committee of Medical Journal Editors – ICMJE). De acordo com esse comitê, para que um indivíduo seja reconhecido como autor, é necessário que cumpra simultaneamente quatro critérios

- a)** ter contribuído substancialmente para a concepção ou o desenho do estudo, ou para a coleta, análise ou interpretação dos dados;
- b)** ter participado da redação do artigo ou da revisão crítica de seu conteúdo intelectual;
- c)** ter aprovado a versão final a ser publicada; e
- d)** assumir responsabilidade por todas as partes do trabalho, garantindo que eventuais questões relativas à integridade sejam devidamente resolvidas (Guidelines on authorship. International Committee of Medical Journal Editors., 1985).

Esses critérios evidenciam que a autoria exige contribuição intelectual real e compartilhamento de responsabilidade, não sendo suficiente a participação restrita a apenas uma etapa isolada, como a coleta de dados, a revisão do texto e, em alguns casos ter integrado o fato social/experiência sobre a qual se debruça o estudo/ artigo.

É igualmente relevante distinguir autoria de colaboração. Algumas formas de contribuição, embora importantes para a viabilização da pesquisa, não configuram, por si só, direito à autoria. Entre elas, incluem-se o apoio financeiro ou administrativo, a coleta de dados sem participação intelectual, a revisão apenas técnica ou gramatical e a ocupação de cargos de chefia ou orientação sem contribuição efetiva para o estudo. Tais participações devem ser reconhecidas de modo apropriado no campo de agradecimentos, e não na lista de autores (Guidelines on authorship. International Committee of Medical Journal Editors., 1985).

Com vistas a ampliar a transparência nos processos de atribuição de autoria, muitas revistas científicas passaram a exigir a declaração das contribuições individuais dos autores, a partir de modelos como o CRediT (Contributor Roles Taxonomy). Esse sistema detalha os diferentes papéis exercidos no desenvolvimento do trabalho, incluindo conceitualização, metodologia,

análise formal, desenvolvimento de software, escrita, visualização e supervisão, entre outros. A explicitação dessas funções contribui para evitar ambiguidades e conflitos quanto às responsabilidades assumidas por cada autor (Guidelines on authorship. International Committee of Medical Journal Editors., 1985).

Na prática acadêmica, contudo, persistem problemas recorrentes relacionados à autoria. Entre os mais frequentes, destacam-se a inclusão de indivíduos em função de posição hierárquica ou prestígio, sem contribuição efetiva para a pesquisa, bem como a exclusão de pessoas que participaram de modo relevante do trabalho.

Além disso, a ordem de autoria pode variar conforme a área do conhecimento: em algumas, o primeiro autor é aquele que exerceu maior protagonismo na execução do estudo, enquanto, em outras, o último autor representa a liderança da pesquisa. Independentemente dessas convenções, é fundamental que a definição da ordem de autoria seja discutida de forma clara entre todos os envolvidos antes da submissão do trabalho.

7.1. Considerações finais ●●●●●

A definição da autoria, portanto, ultrapassa a simples distribuição de nomes em um artigo. Trata-se de uma prática ética que envolve o reconhecimento das contribuições reais e a garantia de que todos os autores compartilhem a responsabilidade sobre o trabalho científico. A adoção de critérios claros, como os estabelecidos pelo ICMJE, o compromisso com a transparência por meio da declaração de contribuições e a prevenção de práticas abusivas constituem elementos fundamentais para o fortalecimento da integridade na ciência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GUIDELINES ON AUTHORSHIP. INTERNATIONAL COMMITTEE OF MEDICAL JOURNAL EDITORS. BMJ, [s. l.], vol. 291, no 6497, p. 722–722, 1985.

Escolha do periódico científico e prevenção de publicações predatórias

A escolha adequada do periódico para a submissão de um artigo científico constitui uma etapa estratégica do processo de publicação e impacta diretamente a circulação do conhecimento, a visibilidade da pesquisa e a trajetória acadêmica de pesquisadoras e pesquisadores. Esse processo envolve não apenas a identificação de revistas compatíveis com o escopo do trabalho, mas também a adoção de critérios que permitam evitar periódicos predatórios. Três elementos assumem papel central nessa decisão: a continuidade da publicação ao longo da carreira, o aumento do número de citações e a opção por periódicos que adotem modelos de acesso aberto (já abordado no capítulo 3) (Além do Lattes, 2021; Atlas: assessoria linguística, [s. d.]; Guimarães; Hayashi, 2023; Mendes, 2022, 2024; UFABC, 2024).

A partir desses eixos, torna-se necessário compreender os critérios práticos para a escolha de revistas, os contornos conceituais das publicações predatórias, os mecanismos para seu reconhecimento e, por fim, as ferramentas disponíveis para a busca de periódicos adequados.

8.1. Escolha do periódico: critérios práticos ●●●●●●

A submissão de um artigo exige cuidados específicos na seleção do periódico. O primeiro critério refere-se ao reconhecimento da revista em sua área de atuação.

Alguns indicativos são:

Observe se o periódico está indexado em bases consolidadas,

Outro elemento decisivo é o escopo editorial, isto é, o grau de aderência entre a temática do artigo e a política editorial da revista. Esse alinhamento influencia tanto as chances de aceitação quanto o público efetivamente alcançado pela publicação (Além do Lattes, 2021; Atlas: assessoria linguística, [s. d.]; UFABC, 2024).

Associado ao escopo, destaca-se também a composição do Corpo Editorial. A presença de pesquisadores com reconhecimento acadêmico tende a fortalecer a visibilidade da revista e, por extensão, dos artigos nela publicados (Além do Lattes, 2021; Atlas: assessoria linguística, [s. d.]; UFABC, 2024).

Há ainda aspectos formais que devem ser considerados, dentre eles:

- a) a periodicidade da revista, para fins de planejamento da publicação;
- b) a existência de dossiês temáticos, que podem ampliar a visibilidade da pesquisa;
- c) as línguas aceitas para submissão e publicação (Além do Lattes, 2021; Atlas: assessoria linguística, [s. d.]; UFABC, 2024).

Uma dica é enviar seu trabalho para revistas que fazem parte das referências do seu estudo, afinal isso indica compatibilidade entre sua investigação e o periódico. Isso também funciona como um indicativo de coerência: buscar publicar em periódicos que nutrem a construção de seu conhecimento como pesquisador; frente ao objeto do texto.

A tarefa de selecionar o periódico, portanto, é complexa e determinante para a reputação científica do trabalho e de seus autores. A ausência de critérios s pode levar à publicação de pesquisas de alta qualidade em veículos com compromisso duvidoso com o conhecimento científico, comprometendo sua circulação e potencial impacto.

8.2. Revistas predatórias: conceito, classificações e critérios

Com a expansão do acesso aberto, tornou-se comum o envio massivo de convites para sub-

missão de artigos e integração a comitês editoriais de revistas desconhecidas. Esse fenômeno motivou o surgimento do termo publicações predatórias, também nominadas como pseudo-revistas, revistas oportunistas, periódicos de má-fé, enganosos, de baixa qualidade ou de caráter mimético (Guimarães; Hayashi, 2023).

Em todas essas denominações, trata-se de práticas editoriais com fins lucrativos que simulam legitimidade, mas que não obedecem aos padrões científicos e/ou éticos adequados. Para melhor compreensão do problema, recomenda-se analisar, caso a caso, se se trata de:

- a) periódicos sequestrados, isto é, sites falsificados que imitam periódicos estabelecidos com o objetivo de atrair submissões pagas, enganando autores e cobrando taxas;
- b) uso de empresas questionáveis de métricas falsas, voltadas à simulação de impacto de pesquisadores, artigos ou revistas (Guimarães; Hayashi, 2023).

É igualmente necessário reconhecer os limites dessas classificações. Não há consenso absoluto sobre os critérios para rotular periódicos fraudulentos, existem controvérsias quanto ao rigor de determinadas listas de publicações predatórias e há, inclusive, o risco de falsos positivos (Guimarães; Hayashi, 2023).

Diante desse cenário, torna-se essencial que pesquisadoras e pesquisadores desenvolvam literacia editorial acadêmica, ou seja, a capacidade de reconhecer fraudes de publicação, ampliar habilidades para avaliar criticamente os veículos científicos e identificar armadilhas editoriais (Guimarães; Hayashi, 2023).

No contexto brasileiro, destaca-se a ferramenta Preda Qualis, voltada à análise de revistas potencialmente predatórias inseridas na base Qualis/Capes. A iniciativa considera critérios como a ausência de avaliação adequada, a rapidez excessiva no aceite e a superficialidade dos procedimentos editoriais (Guimarães; Hayashi, 2023; Preda Qualis, [s. d.]). Trata-se de um recurso importante, desenvolvido no âmbito da Fiocruz, que não indica diretamente onde publicar, mas orienta pesquisadoras e pesquisadores na identificação e no reconhecimento de periódicos de baixa qualidade ou com práticas editoriais duvidosas, contribuindo para evitar a submissão a revistas predatórias.

É importante ressaltar que a publicação em revista predatória não configura, de forma intrínseca, um indicador de má qualidade do conteúdo produzido. O que se coloca em questão, nesse caso, é a credibilidade do veículo de divulgação científica (Guimarães; Hayashi, 2023).

8.3. Ferramentas para a identificação de periódicos adequados

Com o objetivo de apoiar a tomada de decisão editorial, bibliotecas e instituições acadêmicas passaram a desenvolver guias e ferramentas online voltadas à identificação de periódicos confiáveis. Dentre essas ferramentas, destacam-se:

- a)** JANE – Journal/Author Name Estimator (Biosemantics): permite a inserção do título e do resumo para sugerir periódicos, autores e artigos com base na PubMed/MEDLINE, sendo especialmente útil nas áreas biomédicas;
- b)** Clarivate – Manuscript Matcher (Web of Science / EndNote): possibilita a inserção de título, resumo e, opcionalmente, referências, cruzando essas informações com a base da Web of Science para indicar revistas pertinentes;
- c)** Scopus – Compare Sources e métricas: permite a comparação direta entre revistas e a análise de métricas como CiteScore, SJR e SNIP.
- d)** Journal Targeter (Jot – Yale, Townsend Lab): ferramenta acadêmica que combina título, resumo e referências para sugerir periódicos-alvo.
- e)** Taylor & Francis – Journal Suggester: permite a inserção do resumo para obtenção de sugestões de revistas da editora, com descrições e métricas.
- f)** SPI-Hub – Scholarly Publishing Information Hub (Vanderbilt University Medical Center): reúne informações sobre políticas de open access, repositórios e opções editoriais.
- g)** Wiley – Journal Finder: permite a inserção de título ou resumo para obter sugestões de periódicos da Wiley, com informações sobre tempo até a primeira decisão editorial e opções de acesso aberto (Mendes, 2024).

Além dessas ferramentas, é recomendável usar o SciELO, que reúne periódicos científicos de acesso aberto, principalmente da América Latina. Diferente dos sistemas automáticos de recomendação, o SciELO requer uma busca ativa: é necessário abrir as revistas, ler artigos recentes, editoriais e instruções aos autores para entender o perfil da publicação e avaliar se o seu artigo se encaixa.

As ferramentas online podem ser um ponto de partida, mas não substituem a leitura atenta da revista. É fundamental abrir o periódico, ler seus artigos recentes, editoriais e instruções aos autores. Isso permite avaliar o perfil da publicação, os tipos de trabalhos que aceita, o público-alvo e o estilo de escrita.

Também é importante observar as seções da revista, chamadas especiais e referências — elas indicam tendências e prioridades editoriais. Mais do que confiar apenas em sugestões automáticas, essa leitura ajuda a perceber se o seu artigo dialoga de fato com a linha editorial e com os debates atuais da revista.

8.4. Considerações finais ●●●●●

A escolha da revista científica adequada exige tempo, análise criteriosa e atenção a múltiplos fatores, incluindo reconhecimento, indexação, escopo, corpo editorial, periodicidade, idiomas aceitos e oportunidades oferecidas por dossiês temáticos. Paralelamente, é fundamental reconhecer características associadas a práticas predatórias, como convites agressivos, aparência superficial de credibilidade, processos editoriais frágeis e custos atrelados a promessas de publicação rápida.

Não existem listas prontas das “melhores” revistas. Há, sim, o artigo, a área de conhecimento a que ele pertence, a política editorial de cada revista. A escolha consciente do periódico constitui, portanto, parte integrante da ética da publicação científica e do exercício profissional de pesquisadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALÉM DO LATTES. Como publicar artigo em revista acadêmica - passo a passo. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=007txzm9Gfk>. Acesso em: 14 dez. 2025.

ATLAS: ASSESSORIA LINGUÍSTICA. Revista científica: qual é a melhor para publicar artigos?. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.atlastraducoes.com.br/revista-cientifica/>. Acesso em: 14 dez. 2025.

GUIMARÃES, J. A. C.; HAYASHI, M. C. P. I. Revistas predatórias. RDBCI Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, [s. l.], vol. 21, 2023.

MENDES, C. O QUE É ACESSO CAFe DO PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES?. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CEMBKXZjBZc>. Acesso em: 14 dez. 2025.

MENDES, C. SITES PARA ENCONTRAR REVISTAS PARA SEU ARTIGO CIENTÍFICO!. [S. l.], 2024. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=22l6MIMD5_U. Acesso em: 14 dez. 2025.

PREDALIS. Preda Qualis: Periódicos potencialmente predatórios no QUALIS-CAPES. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://predaqualis.netlify.app/>. Acesso em: 14 dez. 2025.

UFABC. Como escolher a revista científica que mais combina com você? . [S. l.], 2024. Disponível em: <https://portal.biblioteca.ufabc.edu.br/noticias/como-escolher-a-revista-cientifica-que-mais-combina-com-voce>. Acesso em: 14 dez. 2025.

Revisão por pares

A credibilidade do conhecimento científico está diretamente associada aos mecanismos que asseguram a qualidade, a consistência e a confiabilidade dos resultados divulgados em periódicos acadêmicos. Entre esses mecanismos, a revisão por pares ocupa um lugar central. Trata-se de um processo que funciona como um verdadeiro selo de qualidade da ciência, ao submeter os manuscritos à avaliação de especialistas da mesma área antes de sua publicação.

Este capítulo aborda o que é a revisão por pares, como ela se estrutura, quais são seus limites e quais perspectivas emergem a partir das transformações recentes no campo da comunicação científica.

9.1. Breve percurso histórico ●●●●●●

A concepção de que a avaliação da produção científica deve ser realizada pelos próprios cientistas remonta ao século XVIII, período em que já se observava a preocupação em filtrar e selecionar manuscritos segundo critérios mínimos de qualidade. Ao longo das gerações, ainda que os contextos históricos e os critérios tenham se transformado, essa prática se manteve como tradição. Foi nesse processo que se consolidou o sistema de revisão por pares como modelo hegemônico de validação do conhecimento científico, fundamentado na autoridade epistemológica reconhecida no interior das próprias comunidades científicas (Davyt; Velho, 2000).

9.2. Definição e funcionamento da revisão por pares ●●●●●●

A revisão por pares é considerada o método formal de avaliação científica e um mecanismo central de autorregulação da ciência. De modo geral, o processo inicia-se com a submissão do manuscrito a uma revista científica. O editor responsável encaminha o texto a especialistas da mesma área ou subárea, que analisam a qualidade, a originalidade e a relevância do trabalho. Com base nessa análise, os revisores emitem recomendações quanto à aceitação, rejeição ou necessidade de revisão do artigo (Davyt; Velho, 2000; Spinak, 2018).

Os critérios utilizados com maior frequência nesse processo são quatro: a originalidade do trabalho, entendida como a apresentação de contribuições inéditas; a importância científica, relacionada ao potencial de ampliação do conhecimento; a relevância para o público do periódico; e o rigor metodológico, que envolve a consistência dos métodos, dos dados e das interpretações. Para os autores, a aceitação de um artigo representa o reconhecimento de sua qualidade científica. Para os periódicos, significa a garantia de credibilidade editorial. Para a comunidade científica, trata-se de um mecanismo fundamental de construção da confiança coletiva na produção do conhecimento (Spinak, 2018).

O modelo tradicional é o da revisão pré-publicação, em que o artigo somente é divulgado após a avaliação dos pareceristas. Nesse sistema, destacam-se três formatos principais:

- a)** Modelo simples-cego: os revisores conhecem a identidade dos autores, mas não ocorre o inverso;
- b)** Modelo duplo-cego: ambas as partes permanecem anônimas;
- c)** Modelo triplo-cego: apenas o editor-chefe tem acesso às identidades (Maia; Farias, 2024; Spinak, 2018).

O percurso editorial costuma envolver as seguintes etapas: inicialmente, ocorre a submissão, na qual o autor encaminha o manuscrito conforme as normas de formatação e o escopo da revista. Em seguida, realiza-se a análise editorial preliminar, responsável por verificar a adequação do trabalho ao perfil do periódico e aos requisitos básicos. Uma parcela significativa dos manuscritos é rejeitada nessa fase, sem seguir para a revisão por pares. Superado esse filtro, procede-se à escolha dos revisores, geralmente dois ou três especialistas, selecionados por seu domínio técnico, disponibilidade e ausência de conflitos de interesse. A etapa seguinte corresponde à avaliação propriamente dita, na qual os revisores analisam o texto segundo os critérios de originalidade, relevância, contribuição científica, clareza da escrita e consistência metodológica, emitindo pareceres mais ou menos detalhados. Por fim, a decisão editorial baseia-se nos pareceres recebido, podendo resultar em aceitação direta, revisão menor, revisão maior ou rejeição (Spinak, 2018).

9.3. A experiência do autor no processo de avaliação ●●●●●●

Do ponto de vista de quem submete um manuscrito, a experiência com a revisão por pares é variável. O tempo de espera é um dos aspectos mais sensíveis, podendo variar de algumas semanas a vários meses, conforme a área, a revista e a disponibilidade de revisores. Os pareceres tendem a trazer críticas construtivas, que, mesmo quando rigorosas, visam ao fortalecimento do trabalho. As revisões sucessivas fazem parte da rotina editorial, sendo comum que um artigo passe por mais de uma rodada de ajustes.

Mesmo nos casos de rejeição, os pareceres funcionam como instrumentos de aprendizagem, ao apontarem falhas e indicarem caminhos de aprimoramento. A aceitação, por sua vez, representa não apenas a publicação do artigo, mas também o reconhecimento de que ele atravessou um processo coletivo de validação científica. Nesse sentido, a revisão por pares deve ser compreendida menos como um obstáculo e mais como uma etapa colaborativa de lapidação da pesquisa (Pedri; Araújo, 2021; Spinak, 2018).

9.4. Problemas e críticas ao sistema tradicional ●●●●●●

Apesar de seu papel estruturante na ciência, a revisão por pares enfrenta críticas recorrentes. Um dos principais problemas é a sobrecarga dos revisores. O crescimento exponencial do número de artigos submetidos não é acompanhado por aumento proporcional de especialistas dispostos a revisar, sobretudo porque esse trabalho é, em geral, voluntário e não remunerado. Esse cenário gera atrasos frequentes e torna o processo editorial burocrático e

prolongado (Davyt; Velho, 2000; Maia; Farias, 2024; Pedri; Araújo, 2021; Spinak, 2018).

Outra crítica diz respeito à qualidade desigual dos pareceres. Enquanto alguns são minuciosos e tecnicamente fundamentados, outros se mostram rasos, enviesados ou até fraudulentos. Os vieses constituem, inclusive, uma das fragilidades mais sensíveis do sistema, na medida em que revisores podem favorecer colegas de prestígio, penalizar autores de países periféricos, de minorias políticas ou com menor domínio da língua inglesa. Soma-se a isso o caráter frequentemente disciplinar e autocentrado das avaliações, que tendem a confirmar as normas vigentes da própria área, limitando a inovação e dificultando o reconhecimento de abordagens interdisciplinares ou de outros saberes e tecnologias (Maia; Farias, 2024).

9.5. Caminhos alternativos: a revisão por pares aberta ●●●●●●

Diante dessas limitações, a revisão por pares não tem sido abandonada, mas progressivamente repensada. No contexto da ciência aberta e do avanço das tecnologias digitais, emergem propostas voltadas à ampliação da transparência, à redução de vieses e à eficiência do processo. Nesse cenário, consolida-se a noção de revisão por pares aberta, cuja definição não é única.

A partir da análise de mais de 120 conceituações, Tony Ross-Hellauer identificou sete características principais desse modelo: identidades abertas, nas quais autores e revisores conhecem suas identidades; pareceres abertos, publicados junto aos artigos; participação aberta da comunidade científica; interação direta entre autores e revisores; divulgação de manuscritos antes da revisão formal em repositórios como arXiv ou bioRxiv; possibilidade de comentários contínuos após a publicação; e o uso de plataformas abertas independentes que reconhecem e recompensam o trabalho dos revisores (Ross-Hellauer, 2017).

Entre as principais vantagens da revisão aberta estão o aumento da responsabilidade dos avaliadores, a redução de conflitos de interesse e a valorização do trabalho de revisão, cujos pareceres passam a ser reconhecidos e passíveis de citação. Além disso, a publicidade do processo favorece o aprendizado coletivo, uma vez que os pareceres deixam de permanecer restritos aos arquivos editoriais. Contudo, também se apresentam desafios, como o receio de revisores em criticar abertamente colegas de maior prestígio e a possibilidade de recusa de convites quando a identidade precisa ser revelada. Por essa razão, a implementação desse modelo exige a construção de ambientes pautados pelo respeito e pela crítica construtiva (Maia; Farias, 2024; Pedri; Araújo, 2021; Ross-Hellauer, 2017; Spinak, 2018).

Apesar das tensões, a revisão aberta vem ganhando espaço. Periódicos como eLife, Fron-

tiers, F1000Research e Nature Communications têm experimentado diferentes formatos de abertura, com a divulgação de pareceres e correspondências. No Brasil, a revista Encontros Bibli, da Universidade Federal de Santa Catarina, desenvolveu experiências pioneiras nesse campo, indicando que o debate sobre a transparência da avaliação científica também se faz presente no contexto nacional.

9.6. Considerações finais ●●●●●

A revisão por pares constitui um dos pilares da ciência contemporânea, ao assegurar credibilidade, qualidade e originalidade ao conhecimento científico. Como prática social, contudo, ela não é estática e precisa ser permanentemente repensada. Nesse horizonte, a revisão aberta apresenta-se como uma alternativa promissora, ao ampliar a transparência, fortalecer a confiança e reconhecer o papel dos revisores no processo editorial. Mais do que um ritual acadêmico, a revisão por pares expressa um exercício de confiança mútua. Sendo a ciência uma construção coletiva, o futuro da avaliação científica tende a depender, cada vez mais, de modelos igualmente coletivos, colaborativos, abertos e justos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DAVYT, A.; VELHO, L. A avaliação da ciência e a revisão por pares: passado e presente. Como será o futuro?. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, [s. l.], vol. 7, no 1, p. 93–116, 2000.
- MAIA, F. C. de A.; FARIAS, M. G. G. Percepções de editores quanto à implantação da revisão aberta em periódicos científicos. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, [s. l.], vol. 30, p. 1–31, 2024.
- PEDRI, P.; ARAÚJO, R. F. Vantagens e desvantagens da revisão por pares aberta: consensos e dissensos na literatura. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, [s. l.], vol. 26, no Especial, p. 1–18, 2021.
- ROSS-HELLAUER, T. What is open peer review? A systematic review. F1000Research, [s. l.], vol. 6, p. 588, 2017.
- SPINAK, E. Revisão por pares – sobre as estruturas e os conteúdos. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2018/05/30/revisao-por-pares-sobre-as-estruturas-e-os-conteudos/>. Acesso em: 14 dez. 2025.

O pós-publicação

A divulgação de resultados constitui, na atualidade, um dos grandes desafios para pesquisadores e demais profissionais que buscam compartilhar suas experiências com seus pares e com a sociedade. Ao desenvolver um projeto criativo ou inovador, elaborar sínteses analíticas de determinados campos de conhecimento ou descrever e discutir relatos de experiência, não se trata apenas de concluir uma investigação, mas de apresentar essa produção à comunidade acadêmica, a profissionais interessados no tema e a grupos da população em geral. O propósito é ampliar o conhecimento disponível, estimular novas pesquisas em tópicos específicos e submeter achados ao exame crítico de outros especialistas.

Nesse contexto, a etapa de pós-publicação não se encerra com a aceitação do manuscrito pelo periódico. Ao contrário, inaugura um ciclo de ações voltadas à visibilidade, circulação e apropriação social do conhecimento produzido, com implicações diretas sobre o impacto científico e social da pesquisa.

10.1. Língua, circulação internacional e relevância local ●●●●●

O domínio do inglês, consolidado como idioma hegemônico da ciência, constitui um obstáculo importante para pesquisadores de países do Sul Global. Em muitos casos, artigos submetidos a revistas internacionais são recusados ou exigem revisão linguística extensiva sob a alegação de problemas de escrita, independentemente da qualidade científica. A ausência de suporte institucional para produção textual nesse idioma limita a capacidade de trabalho de pesquisadores e pesquisadoras, dificultando o estabelecimento de parcerias com centros de excelência situados em países de língua inglesa (Luis, 2011).

Por outro lado, há situações em que a relevância da pesquisa se concentra em problemas de natureza local. Nesses casos, os objetivos estão frequentemente orientados a resultados cujo impacto esperado é alcançar populações ou comunidades específicas, contribuindo, por exemplo, para o desenvolvimento ou a implementação de políticas públicas. A escolha de publicar em revistas científicas regionais ou internacionais, portanto, não é neutra: optar por periódicos internacionais de alto impacto tende a conferir maior visibilidade global, enquanto periódicos regionais podem ser mais adequados para incidir sobre contextos locais e processos decisórios específicos (Luis, 2011).

Cabe ao autor ou autora ponderar essas dimensões. Submissões sucessivas a revistas de maior impacto, com longos tempos de avaliação e altas taxas de rejeição, podem resultar em atrasos significativos na publicação, de poucos meses a mais de um ano, com risco de perda de atualidade e originalidade, dependendo da natureza do artigo. Em diversas áreas, periódicos com alta cotação científica recebem grande volume de manuscritos e mantêm processos de seleção extremamente rigorosos, o que torna ainda mais estratégica a decisão sobre onde publicar (Luis, 2011).

10.2. Ampliação da rede de coautoria ●●●●●●●

A coautoria constitui estratégia relevante para ampliar o alcance e a circulação de resultados de pesquisa. Para além do benefício tradicional de agregar novos conhecimentos, perspectivas e competências ao artigo, a coautoria com grupos diversificados de colegas contribui para disseminar os achados de forma mais ampla. A participação de colaboradores de diferentes instituições, regiões ou países favorece a inserção do trabalho em redes científicas mais extensas, ampliando o potencial de leitura, citação e uso dos resultados (Tripathy et al., 2017).

Quando o objetivo é impactar políticas públicas e práticas institucionais, é recomendável envolver potenciais formuladores de políticas desde os estágios iniciais do processo científico: da concepção da questão de pesquisa à realização do estudo e à preparação da publicação.

Essa aproximação, desde o desenho do projeto, fortalece o senso de apropriação e responsabilidade entre decisores, aspecto considerado fundamental para a promoção de mudanças em políticas e práticas (Tripathy et al., 2017).

10.3. Acesso aberto e autoarquivamento ●●●●●●

A publicação em periódicos de acesso aberto representa uma das vias mais eficazes para ampliar o alcance de artigos científicos. Artigos em acesso aberto podem ser consultados gratuitamente por leitores, incluindo formuladores de políticas e profissionais sem vínculo institucional com grandes bibliotecas, o que aumenta as chances de leitura e citação (Tripathy et al., 2017b).

Além da publicação em revistas de acesso aberto, o autoarquivamento constitui prática complementar relevante. Trata-se do depósito, pelo próprio autor, de uma cópia gratuita do documento em repositórios eletrônicos, garantindo acesso aberto imediato ou diferido. Plataformas como ResearchGate e Academia.edu configuram repositórios on-line nos quais trabalhos publicados podem ser compartilhados para maior circulação e visibilidade, bem como para facilitar a interação com pares (Tripathy et al., 2017b).

Repositórios institucionais também desempenham papel importante. Antes do depósito, entretanto, é fundamental verificar a política de autoarquivamento do periódico, a fim de respeitar embargos e condições específicas. Exemplos como o repositório da organização Médicos sem Fronteiras, que hospeda artigos de texto completo sobre pesquisas de campo publicadas em diversos periódicos, ilustram o potencial de repositórios temáticos para difusão em larga escala (Tripathy et al., 2017b).

A reflexão de Dominique Babini destaca que uma revista de acesso aberto, publicada apenas em seu próprio site ou no da instituição, tende a alcançar visibilidade e impacto limitados, quando comparada àquelas integradas a coleções organizadas em portais de periódicos e repositórios institucionais, nacionais, regionais ou internacionais. Tais portais atraem público pelo volume de suas coleções, ao passo que revistas e instituições são atraídas pelo prestígio de participar desses espaços e pelo acesso a indicadores bibliométricos e de produção científica oferecidos pelos indexadores (Reis; Cerqueira, 2015).

10.4. Perfis de autor e redes acadêmicas ●●●●●●

O uso sistemático de redes acadêmicas e perfis de autor é outra dimensão estratégica da pós-publicação. A inserção do artigo em plataformas como ResearchGate, Academia.edu e ORCID,

bem como a atualização constante de perfis em serviços como Google Scholar e Scopus, contribui para a consolidação de uma identidade acadêmica e para a organização das produções de um mesmo autor (Tripathy et al., 2017).

A adoção de identificadores únicos, como o ORCID (Open Researcher and Contributor ID), auxilia a distinguir pesquisadores com nomes semelhantes e a reunir, em um mesmo registro, suas produções ao longo da carreira. Esses identificadores podem ser vinculados a perfis em diferentes plataformas, facilitando a recuperação de publicações e o acompanhamento de métricas básicas de visibilidade, como visualizações, downloads e citações (Tripathy et al., 2017).

Redes acadêmicas especializadas, como MethodSpace, OR network ou a Social Science Research Network (SSRN), também oferecem espaços de troca, fóruns e recursos específicos para determinadas comunidades disciplinares (Tripathy et al., 2017b).

10.5. Mídias sociais e comunicação pública da ciência ●●●●●●

Estudos apontam correlação estatisticamente significativa entre menções em mídias sociais (postagens, tweets, blogs) e contagens de citações. As mídias sociais, portanto, configuram canais relevantes de divulgação científica, desde que utilizadas de forma planejada e alinhada aos objetivos da pesquisa (Tripathy et al., 2017b).

Autores e autoras podem se engajar com públicos dentro e fora da academia, inclusive influenciadores, formuladores de políticas e organizações da sociedade civil, por meio de postagens em plataformas como Twitter/X, LinkedIn, Facebook e outras redes. Isso inclui o compartilhamento de resultados, comentários sobre estudos relevantes, divulgação de novas publicações e participação em debates temáticos (Tripathy et al., 2017b).

O uso de hashtags permite classificar conteúdos e torná-los pesquisáveis, conectando pesquisadores, jornalistas, grupos de pacientes e demais interessados em temas específicos. Hashtags mais focadas tendem a atingir públicos segmentados e, em geral, geram maior engajamento. A produção de resumos em formato de infográfico, imagens e pequenos vídeos contribui para a rápida disseminação de resultados, na medida em que conteúdos visuais são mais facilmente compartilhados (Tripathy et al., 2017b).

Cada plataforma oferece, ainda, a possibilidade de formação de grupos temáticos, clubes de leitura ou redes de discussão, nos quais é possível agregar pessoas interessadas em determinados assuntos e criar canais personalizados de divulgação. Compartilhar perfis e contatos de mídias sociais em apresentações, assinaturas de e-mail e cartões de visita amplia a circulação das produções.

10.6. Outros formatos e produtos de divulgação ●●●●●●

A divulgação pós-publicação não se limita ao artigo científico. Preprints, comunicações em conferências, pôsteres, apresentações, relatórios, documentos de trabalho, protocolos, dados de pesquisa e vídeos também constituem evidências da atividade científica. Tornar esses produtos acessíveis ao público contribui para aumentar a visibilidade da pesquisa e disponibilizá-las para usos futuros.

Plataformas como Slideshare e Scribd são úteis para compartilhar apresentações e palestras, oferecendo estatísticas básicas de uso. Serviços como F1000Research permitem o depósito livre de pôsteres e apresentações em áreas específicas, como ciências da vida. Depósitos de dados em repositórios como Dryad, Figshare ou Zenodo viabilizam o compartilhamento de bases de dados e outros materiais, ampliando a transparência e a reprodutibilidade (Tripathy et al., 2017b).

A produção de podcasts ou vídeos curtos, descrevendo projetos e principais achados, e sua postagem em plataformas como YouTube, bem como a circulação por redes sociais, auxilia na disseminação rápida em formatos acessíveis. A criação de blogs pessoais em plataformas como WordPress, Substack e Tumblr permite divulgar reflexões, ideias de pesquisa, estudos de caso e impactos da investigação em linguagem mais flexível, alcançando públicos diversificados (Tripathy et al., 2017b).

10.7. Planos de disseminação e papel das agências de fomento

A disseminação dos resultados integra o chamado continuum de tradução do conhecimento, que inclui desde a produção de evidências até sua incorporação em práticas e políticas. Alguns projetos internacionais ilustram esse movimento, como o projeto europeu SOPHIE, que adotou estratégias de divulgação baseadas no uso de plataformas on-line (site, Twitter, Slideshare), produção de vídeos informativos, parcerias com organizações da sociedade civil e organização de eventos científicos, buscando influenciar a percepção pública e o debate político sobre o impacto de políticas na saúde e na equidade (Tripathy et al., 2017b).

Iniciativas como o programa Translating Research into Practice (TRIP), em agências dedicadas à qualidade em saúde, demonstram o compromisso com quadros estruturados de disseminação de resultados. Diante da centralidade desse componente, torna-se pertinente que financiadores exijam, em propostas de pesquisa, planos de disseminação detalhados, incluindo estratégias de mídia social, vídeos de projeto, boletins informativos, comunicados de imprensa, resumos de políticas, oficinas de divulgação e sites específicos de projeto, com previsão orçamentária para tais atividades (Tripathy et al., 2017b).

Ferramentas como Kudos e ImpactStory possibilitam que pesquisadores promovam seus resultados e acompanhem medidas de impacto. Esses serviços permitem agregar informações adicionais às publicações, como explicações em linguagem não técnica, declarações de impacto, links para dados, códigos, vídeos e outros materiais, e monitorar métricas alternativas (altmetrics), como número de postagens, visualizações, downloads e menções em mídias sociais (Tripathy et al., 2017b).

10.8. Indicadores de produção científica e acompanhamento do impacto ●●●●●●

Indicadores de produção científica são métricas quantitativas e qualitativas utilizadas para avaliar e mensurar a atividade e o impacto da pesquisa. Permitem analisar e comparar o desempenho de pesquisadores, instituições, revistas e países em termos tanto de quantidade quanto de qualidade das publicações, bem como dos efeitos dessas produções na comunidade científica e na sociedade (Davyt; Velho, 2000; Tripathy et al., 2017b).

Entre os indicadores mais utilizados destacam-se:

- a)** Número de publicações: quantifica artigos, livros e outros tipos de produção decorrentes da pesquisa.
- b)** Fator de impacto: avalia a importância de uma revista científica com base no número médio de citações recebidas por artigo em determinado período, refletindo visibilidade e influência do periódico.
- c)** Citações: medem a frequência com que um trabalho é citado por outros, indicando sua relevância e influência em uma área.
- d)** Índice h: combina número de publicações e de citações, indicando que um autor possui índice h quando tem h artigos com pelo menos h citações cada.
- e)** Colaborações internacionais: indicam o grau de participação em parcerias entre pesquisadores e instituições de diferentes países, associado à internacionalização da pesquisa.
- f)** Downloads e acessos: mensuram o número de vezes que um trabalho foi baixado ou visualizado on-line, sinalizando sua popularidade.
- g)** Cobertura midiática: contabiliza menções em meios de comunicação de massa, como jornais, revistas, rádio e televisão (Davyt; Velho, 2000; Tripathy et al., 2017b).

Esses indicadores auxiliam na tomada de decisões, na alocação de recursos, na avaliação de produtividade e na compreensão do impacto da pesquisa. No entanto, seu uso requer cautela, com atenção às particularidades de cada área de conhecimento e aos vieses e limitações inerentes a qualquer métrica (Tripathy et al., 2017b).

Ferramentas como o Google Scholar, amplamente utilizadas, permitem criar perfis de citação que reúnem publicações e apresentam métricas básicas, além de enviar alertas automáticos quando um artigo é citado. Esses recursos funcionam como páginas de referência para a produção de cada pesquisador, aumentando a visibilidade do perfil acadêmico, desde que configurados como públicos (Tripathy et al., 2017b).

10.9. Considerações finais ●●●●●●

A etapa de pós-publicação não é acessória, mas constitutiva do ciclo da pesquisa científica. Ampliar o alcance e a visibilidade de um artigo publicado implica articular decisões sobre idioma e escopo de circulação, escolhas estratégicas de periódicos, uso qualificado de acesso aberto e autoarquivamento, fortalecimento de redes de coautoria, otimização de títulos, resumos e palavras-chave, manutenção de perfis de autor, participação em redes acadêmicas e mobilização de mídias sociais e demais formatos de divulgação.

Ao mesmo tempo, requer atenção crítica ao uso de indicadores de produção científica, compreendendo seu potencial e suas limitações. Em um cenário marcado por pressões por produtividade e disputas por reconhecimento, práticas de disseminação planejadas e responsáveis contribuem para aumentar não apenas o impacto científico, mas também a relevância social das pesquisas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LUIS, M. A disseminação do conhecimento científico: desafios e perspectivas. Revista eletrônica saúde mental álcool e drogas, [s. l.], vol. 7, no 2, 2011. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-69762011000200001. Acesso em: 14 dez. 2025.

REIS, J.; CERQUEIRA, R. 'O Brasil é líder em produção científica e disseminação em acesso aberto na América Latina'. [S. l.], 2015. Disponível em: <https://revistahcsm.coc.fiocruz.br/o-brasil-e-lider-em-producao-cientifica-e-disseminacao-em-acesso-aberto-na-america-latina/>. Acesso em: 14 dez. 2025.

TRIPATHY, J. P. et al. Ten tips to improve the visibility and dissemination of research for policy makers and practitioners. Public Health Action, [s. l.], vol. 7, no 1, p. 10–14, 2017



FÓRUM DE EDITORES DE SAÚDE COLETIVA

ABRASCO.ORG.BR

 **ABRASCO**
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE SAÚDE COLETIVA